



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2011



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: outubro de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de outubro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Destaques	33
Proposta do Orçamento do Estado para 2012	35
Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2011	39
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	43
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	53

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em agosto de 2011, a produção industrial mundial manteve o mesmo crescimento do mês precedente (+5,5% em termos homólogos); mas, enquanto a das economias avançadas apresentou uma melhoria e das economias emergentes desacelerou ligeiramente, mantendo-se, no entanto, robusta. Já em relação às trocas comerciais mundiais, estas aceleraram tanto ao nível das exportações como das importações, tendo para estas últimas sido mais significativa, nomeadamente para as economias emergentes, especialmente asiáticas.
- * Após uma diminuição acentuada dos índices bolsistas internacionais e de uma depreciação significativa do euro face ao dólar nos últimos meses, traduzindo, em parte, as repercussões da crise financeira internacional relacionada com a persistência do risco das dívidas soberanas na área do euro, assistiu-se no decurso do mês de outubro, a uma inversão desta tendência negativa, associada, em parte, à expectativa de resolução da crise na área do euro no Conselho Europeu do dia 26 deste mês.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2011 indicam um abrandamento da atividade industrial, uma melhoria dos serviços e uma estabilização do mercado de trabalho. De facto, neste período, os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria diminuíram, enquanto o dos serviços subiram; a produção industrial desacelerou e as vendas a retalho aceleraram. Em setembro de 2011, a taxa de desemprego manteve-se em 9,1%, pelo 2.º mês consecutivo e a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,9% (3,8% em agosto).
- * No 3.º trimestre de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu de forma pronunciada tanto na UE como na AE, em resultado da deterioração de todos os indicadores de confiança. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2011, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um reforço da produção industrial, um abrandamento das exportações e um aprofundamento da quebra das vendas a retalho, indiciando a continuação de um fraco desempenho do consumo privado. Em agosto de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, situando-se em 10% e em 9,5%, respetivamente. Em setembro de 2011, a taxa de inflação homóloga da AE subiu para 3% (2,5% nos meses de julho e agosto).
- * Em outubro e, até ao dia 24, as taxas de juro a 3 meses subiram tanto na área do euro como nos EUA. Em setembro, as taxas de juro de longo prazo tornaram a diminuir tanto na AE como nos EUA, tendo esta redução sido particularmente acentuada no último caso, situando-se abaixo dos 2%.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* diminuiu em outubro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 24 deste mês, registado o valor de 108 USD/bbl (79€/bbl), em linha com as perspetivas de abrandamento do crescimento económico mundial.

Conjuntura Nacional

- * O indicador de clima económico do INE aponta para o 3.º trimestre continuou a trajetória descendente, à semelhança de todos os indicadores de confiança, com exceção da indústria transformadora, que registou uma quebra menor.
- * Nos meses de julho e agosto, em termos médios, os indicadores quantitativos relativos à atividade económica, apresentaram uma evolução menos favorável face ao 2.º trimestre de 2011.
- * Quanto aos fluxos de comércio internacional, registou-se, nos meses de julho e agosto, uma desaceleração das exportações e uma estabilização do crescimento das importações.

- * Em setembro verificou-se um crescimento homólogo de 3,6% do Índice de Preços no Consumidor (IPC), mais 0,7 p.p. que no mês anterior e interrompendo a tendência de abrandamento que se vinha verificando nos últimos 4 meses. A variação média dos últimos 12 meses do IPC subiu 0,2 p.p. para os 3,3%.
- * Até setembro, o défice orçamental provisório da Administração Central e da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 4600,4 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 2799,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Este resultado reflete, essencialmente, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 2743,7 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 6561,5 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente de 1157,5 milhões de euros, mais 140,6 milhões de euros que no período homólogo. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 803,7 milhões de euros, menos 84,6 milhões de euros que o registado no período homólogo.
- * Nos primeiros oito meses do ano, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou um saldo negativo de 200,2 milhões de euros, que compara com um défice de 332,4 milhões de euros no período homólogo. Este comportamento traduz essencialmente uma redução da despesa mais acentuada do que a da receita, sendo que o menor valor das transferências recebidas do OE não é compensado integralmente pelo aumento do subsídio de investimento e da receita proveniente da prestação de serviços.
- * Até agosto, a Administração Regional apresentou um excedente orçamental de 3,7 milhões de euros, isto é, uma diminuição de 24,4 milhões de euros face ao mês anterior, em resultado, principalmente, da diminuição do excedente orçamental verificado na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Comércio Internacional

- * De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** divulgados para o mês de agosto¹ as exportações de mercadorias registaram um crescimento homólogo positivo de 16,6% entre janeiro e agosto de 2011. Neste mesmo período, as importações de mercadorias cresceram 5,0%, o que levou a que o défice da balança comercial (fob-cif) recuperasse 16,2%. Por outro lado, a taxa de cobertura das importações pelas exportações aumentou 7,1 p.p. face ao período homólogo, passando as exportações a representar 71,6% das importações.
- * *Excluindo os produtos energéticos*, o crescimento das exportações de mercadorias permaneceu relativamente superior (17,3%) ao do total das exportações nos primeiros oito meses de 2011. As importações sem produtos energéticos cresceram 1,8%, registando uma taxa substancialmente inferior à do total das importações. Em consequência, registou-se um desagravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial (-34,6%).
- * No último ano a terminar em agosto de 2011, as exportações cresceram, em termos homólogos, 16,3% e as importações cresceram a um ritmo inferior (6,4%). O défice da balança comercial registou uma recuperação de 10,6%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram, em termos homólogos, a uma taxa superior (+16,8%) à das importações (+3,8%), originando uma recuperação do saldo negativo da balança comercial de 34,6%, em termos homólogos.
- * Entre janeiro e agosto de 2011, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, destacando-se, no período em análise, o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+3,4 p.p.), “Químicos” (+3,1 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.). Também no último ano a terminar em agosto de

¹ Os dados recentemente divulgados para o mês de agosto de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações, destacando-se, os mesmos grupos de produtos: “Material de Transporte” (+3,4 p.p.), “Químicos” (+2,7 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,5 p.p.).

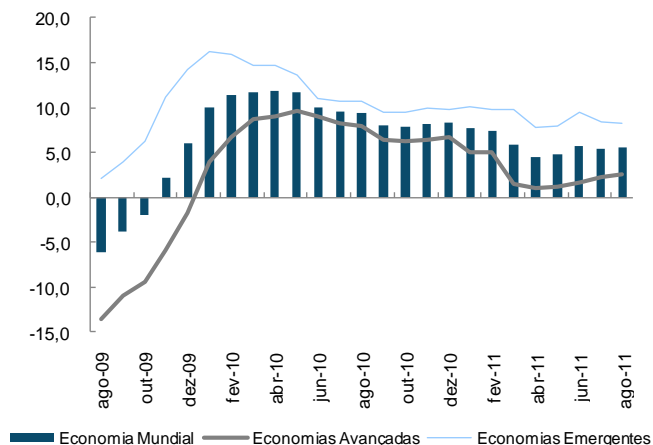
- * Nos primeiros oito meses do ano, as *exportações para o mercado comunitário* cresceram, em termos homólogos, 16,7% e contribuíram 12,5 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram, igualmente, uma variação homóloga positiva de 16,7%, sendo superior à das exportações para os países do Alargamento (15,2%). Espanha permanece como principal mercado de destino das exportações de mercadorias (25,4% do total), embora tenha vindo a perder importância relativamente a igual período em 2010 (26,6%). As exportações para a Alemanha (+3,1 p.p.) e para Espanha (+3 p.p.) foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento das exportações. As exportações de mercadorias para França cresceram, em termos homólogos, 20,3%, contribuindo com 2,1 p.p. para o crescimento das exportações. As exportações para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 5,7%.
- * Entre janeiro e agosto de 2011, as *exportações para os Países Terceiros* registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 16,5%, evidenciando-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+98,6%), China (+46,5%) e Brasil (+35,8%). As exportações para Angola cresceram 16,5%, contribuindo positivamente para o crescimento das exportações (+0,8 p.p.).
- * Entre janeiro e agosto de 2011, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 16,9% relativamente a igual período do ano passado. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica (alta+baixa) continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (11,2 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de julho de 2011, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 14,2% nos primeiros sete meses de 2011. A componente de Bens continuou a crescer a uma taxa superior à da dos Serviços (16,3% e 9,5%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+11,2 p.p.). As Importações de Bens e Serviços mantêm uma taxa de variação homóloga positiva inferior (5,9%), sendo que a componente de Bens (+4,9 p.p.) continuou a ser a que mais contribuiu para este comportamento.

1. Enquadramento Internacional

Atividade económica mundial

No mês de agosto de 2011, a produção industrial mundial manteve-se em 5,5% em termos homólogos. Mas, enquanto a produção industrial das economias avançadas melhorou; pelo contrário, assistiu-se a uma ligeira desaceleração das economias emergentes, embora continue com um crescimento robusto.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



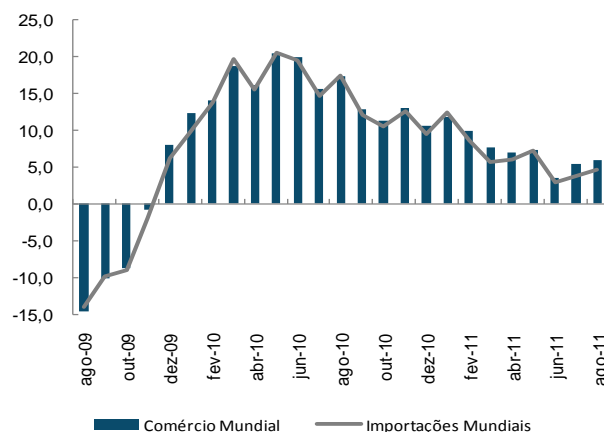
Fonte: CPB.

Porém, o comércio mundial de mercadorias acelerou, tendência que se estendeu tanto ao nível das exportações como das importações mundiais, tendo sido mais acentuada para estas últimas.

De facto, em agosto e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial cresceu 5,9% (5,4% em julho);
- as importações e as exportações mundiais também aceleraram para 4,5% (3,8% em julho) e para 7,2% (7% em julho), respetivamente.

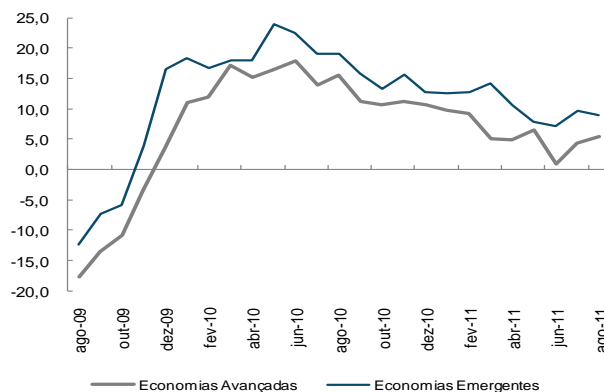
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Para a aceleração das exportações contribuiu a melhoria das economias avançadas, especialmente do Japão; pelo contrário as exportações das economias emergentes abrandaram, nomeadamente dos países asiáticos. Já em relação ao fortalecimento das importações mundiais, foram as economias emergentes que contribuíram para esta evolução, visto que se assistiu a um abrandamento para as economias avançadas, nomeadamente dos EUA.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

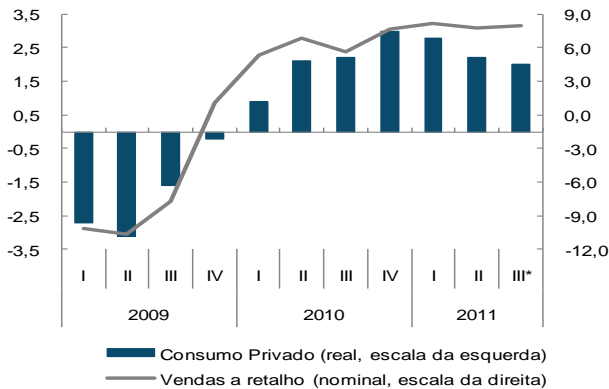
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	11,2	9,0	8,2	7,0	5,0	4,5	4,7	5,6	5,5
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	9,3	7,6	6,5	3,9	1,2	1,0	1,1	1,5	2,2
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	13,1	10,3	9,7	9,9	8,4	7,8	8,1	9,3	8,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,1	18,8	15,5	11,6	9,7	5,8	6,9	7,2	3,4	5,1
Importações Mundiais	VH	CPB	14,5	18,4	15,0	10,8	8,7	5,3	6,0	7,1	2,9	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	11,6	16,3	13,5	9,5	7,2	2,4	4,3	4,5	-1,5	1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	18,0	20,9	16,7	12,2	10,4	8,5	7,8	9,9	7,8	6,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	15,6	19,1	16,0	12,3	10,6	6,3	7,8	7,2	3,9	6,2
Economias Avançadas	VH	CPB	13,6	16,7	14,2	10,7	8,0	4,0	5,0	6,4	0,6	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	17,6	21,5	17,9	13,9	13,2	8,5	10,6	8,0	7,1	9,5

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores referentes ao 3.º trimestre de 2011 sugerem um crescimento mais moderado da economia dos EUA; a continuação de um crescimento robusto da economia chinesa, embora em abrandamento e, uma melhoria acentuada da atividade económica do Japão. Neste período, assistiu-se a uma desaceleração dos preços das matérias-primas, embora mantendo-se em alta, com maior impacto na subida da taxa de inflação das economias emergentes, nomeadamente da China.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/ o consumo privado, média dos meses de julho e agosto.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2011 indicam uma diminuição significativa dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria e uma melhoria dos serviços. Com efeito, neste trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 3,4% (3,8% no 2.º trimestre);
- as vendas a retalho aumentaram 8% em termos nominais (7,8% no 2.º trimestre), continuando com um crescimento robusto;
- a taxa de desemprego manteve-se em 9,1% e a taxa de inflação aumentou para 3,8% (3,4% no 2.º trimestre).

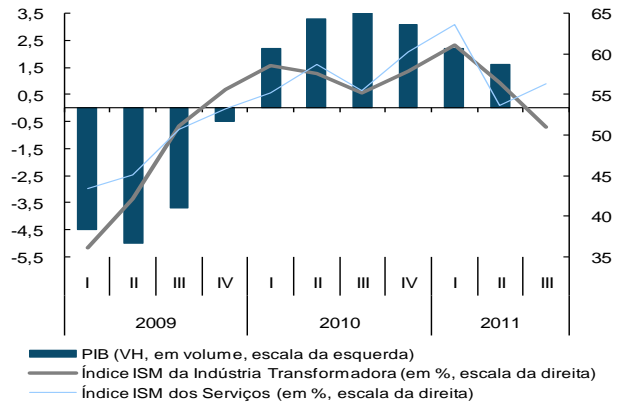
No conjunto dos meses de julho e agosto de 2011 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2% em termos reais (2,2% no 2.º trimestre) e as exportações registaram um forte crescimento de 14,8% em termos nominais (16,1% no 2.º trimestre).

A taxa de desemprego manteve-se em 9,1% em agosto e a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,8% (3,6% em julho desde maio).

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
EUA – PIB real	VH	BEA	3,0	3,5	3,1	2,2	1,6	-	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,3	6,9	6,3	5,4	3,8	3,4	3,3	3,5	3,3	3,2	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	55,2	57,9	61,1	56,4	51,0	55,3	50,9	50,6	51,6	
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	55,5	60,3	63,7	53,6	56,3	53,4	56,1	55,6	57,1	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	68,3	71,3	73,1	71,9	59,6	71,5	63,7	55,7	59,4	
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	9,6	9,6	8,9	9,1	9,1	9,2	9,1	9,1	9,1	
China – PIB real	VH	NBSC	10,4	9,6	9,8	9,7	9,5	9,1	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	31,3	32,5	25,2	25,3	22,4	20,7	17,9	20,4	24,5	17,1	
Japão – PIB real	VH	COGJ	4,0	4,8	2,5	-0,7	-1,1	:	-	-	-	-	

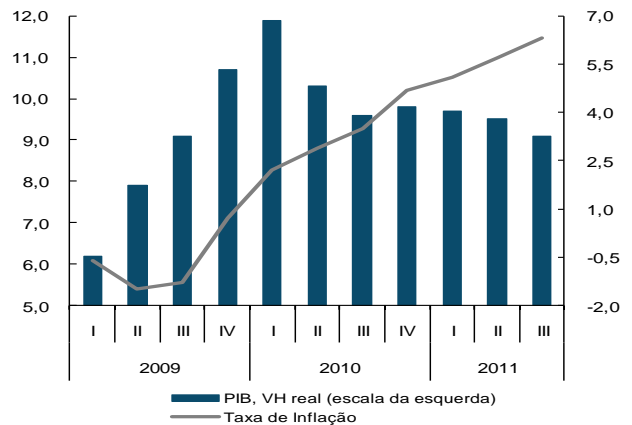
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 3.º trimestre de 2011, o PIB da **China** cresceu 9,1% (9,5% no 2.º trimestre), influenciado pelo forte crescimento da procura interna, nomeadamente do investimento, especialmente forte no segmento residencial devido à manutenção de medidas de relançamento deste sector. Pelo contrário, as exportações desaceleraram, em linha com a diminuição da procura externa. A taxa de inflação homóloga aumentou para 6,3% neste período (5,7% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China

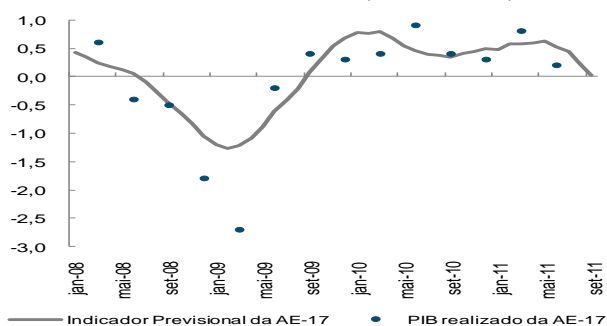


Fonte: Instituto de Estatística da China.

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu de forma pronunciada tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da deterioração de todos os indicadores de confiança. Consoante o indicador previewal do Banco de Itália, o PIB da AE deve ter desacelerado no 3.º trimestre de 2011 em relação ao período precedente, o qual foi de 0,2% em termos reais.

Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)

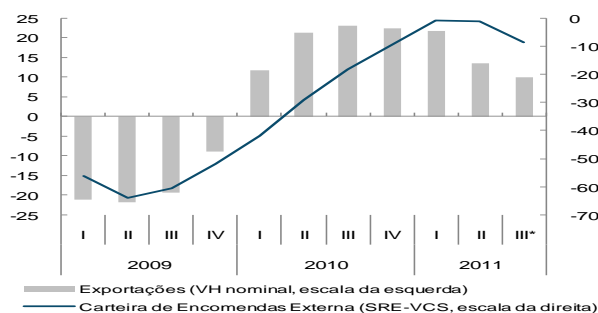


Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2011, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um reforço da produção industrial; um abrandamento das exportações e um aprofundamento da quebra das vendas a retalho, indiciando a continuação de um fraco desempenho do consumo privado. Em termos homólogos:

- a produção industrial acelerou para 4,8% (4,2% no 2.º trimestre);
- as exportações aumentaram 9,9% em termos nominais (13,6% no 2.º trimestre);

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/ as exportações, média dos meses de julho e agosto.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

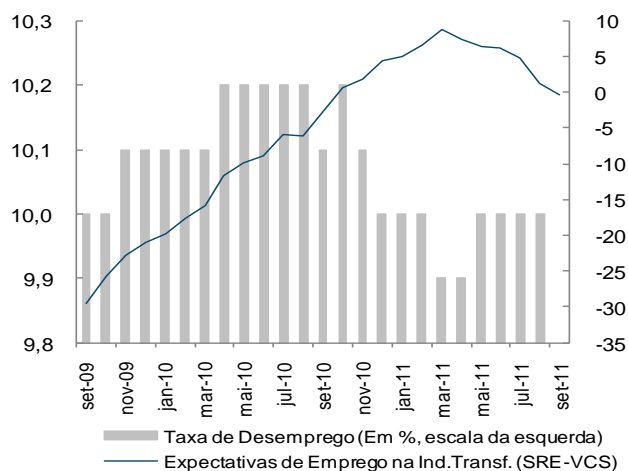
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	2,2	2,1	2,4	1,7	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,7	103,0	105,3	106,9	105,0	97,9	104,6	102,3	97,4	94,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	2,1	1,9	2,4	1,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,9	102,3	105,7	107,4	105,7	98,8	105,4	103,0	98,4	95,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,5	7,2	8,1	6,5	4,2	:	3,2	4,5	5,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	1,3	0,7	0,0	-0,4	:	-0,8	-0,6	-1,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,1	10,2	10,1	10,0	10,0	:	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	1,6	1,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,7	2,5	2,5	3,0

- as vendas a retalho diminuíram 0,8% em termos reais (-0,4% no 2.º trimestre).

Em agosto de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, tendo-se mantido em 10% e em 9,5%, respetivamente.

Em setembro de 2011, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os sectores.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

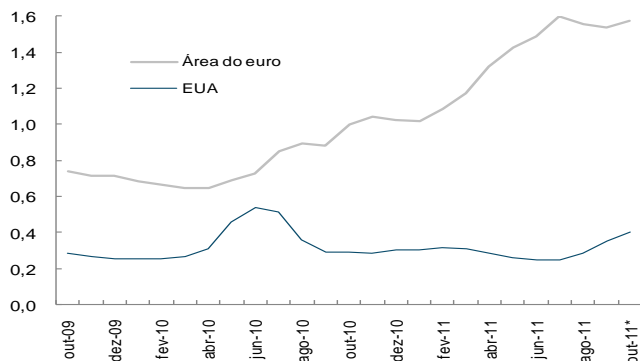
Em setembro de 2011, a taxa de inflação da área do euro subiu para 3% em termos homólogos (2,5% em agosto) e para 2,5% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,4% em agosto).

Esta evolução da taxa de inflação refletiu a subida generalizada de todas as componentes, com destaque para o aumento dos preços de energia, os quais aceleraram para 12,4% em termos homólogos (11,8% nos 2 meses precedentes).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em outubro e até ao dia 24, as taxas de juro de curto subiram tanto na área do euro como nos EUA, situando-se a Euribor a 3 meses em 1,57% (1,54%, em média, em setembro) e em 0,40% nos EUA (0,35%, em média, em setembro).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em setembro, as taxas de juro de longo prazo tornaram a diminuir na área do euro e nos EUA, tendo esta redução sido particularmente acentuada no último caso, refletindo a persistência de tensões nos mercados financeiros internacionais associadas, em parte, à manutenção da crise das dívidas soberanas na área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

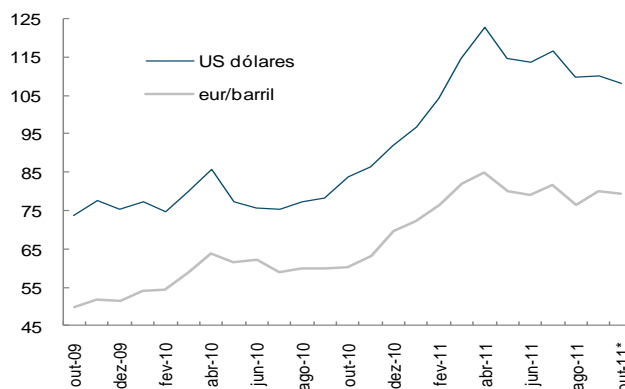


Fonte: Banco de Portugal. Para outubro, o valor é do dia 24.

Após uma forte depreciação do euro face ao dólar em setembro e no início de outubro, tendo atingido no passado dia 4 o valor mais baixo desde meados de janeiro, este valorizou-se para se situar em 1,39 no dia 24 (1,35 no final de setembro). Para esta evolução tem contribuído a expectativa de resolução da crise na área do euro no Conselho Europeu de 26 de Outubro, e, em particular da solução encontrada para a situação da dívida soberana da Grécia.

Em setembro de 2011, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 81,1 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em outubro, e até dia 24, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 108 USD/bbl (79 €/bbl), relacionada, em parte, com as perspetivas de abrandamento do crescimento económico mundial.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

No 3.º trimestre de 2011 e, em linha com a perspetiva de enfraquecimento da economia mundial, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo aumentado 20% em termos homólogos (28% no 2.º trimestre), devido sobretudo à maior desaceleração registada dos preços dos produtos alimentares e agrícolas.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,89	1,01	1,23	1,55	1,55	1,55	1,61	1,54	1,55	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,21	2,79	2,86	3,46	3,21	2,43	3,00	3,00	2,30	1,98	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,62	3,44	3,74	4,32	4,51	4,30	4,50	4,64	4,17	4,08	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,365	1,336	1,421	1,445	1,350	1,445	1,426	1,445	1,350	
Dow Jones*	VC	Yahoo	11,0	10,4	7,3	6,4	0,8	-12,1	-1,2	-2,2	-4,4	-6,0	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	6,8	1,6	4,2	-2,1	-23,5	-0,5	-6,3	-13,8	-5,3	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	76,87	87,23	105,15	117,04	112,18	113,77	116,49	109,85	110,19	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	11,4	15,5	36,2	47,2	45,9	50,2	54,8	42,4	40,9	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	23,4	25,8	37,7	30,2	33,4	27,5	38,6	28,0	33,7	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	59,8	60,6	62,0	74,0	82,7	78,7	78,1	76,5	78,4	81,1	

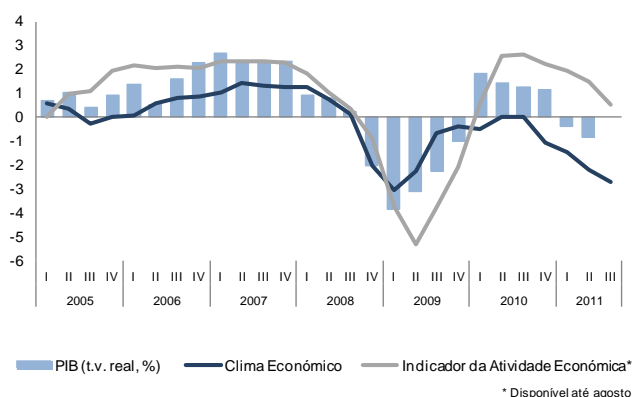
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2011, os indicadores de clima económico e de atividade económica continuaram as trajetórias decrescentes que se vêm a registar no último ano, com o indicador de clima económico a registar valor mais baixo desde abril de 2009.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

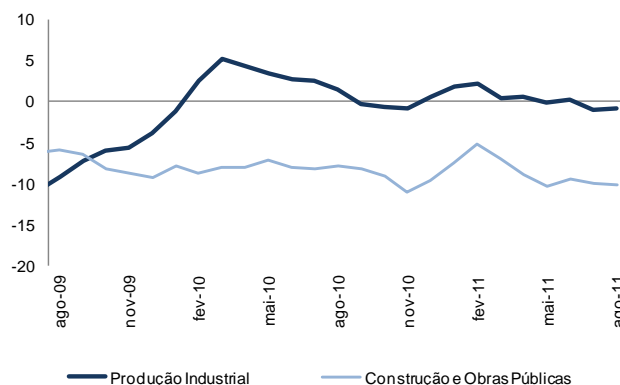


Fontes: INE.

Para os meses de julho e agosto, os dados quantitativos disponíveis mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 06% quando no 2.º trimestre tinha crescido 0,2% e o índice de volume de negócios desacelerou para 5,1% (3 p.p. face ao 2.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas agravou a quebra para 11,2% (-9,4% no 2.º trimestre de 2011);
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 5,7% e 3,7%, respetivamente, o que se traduz numa recuperação face ao 2.º trimestre de 0,6 e 1,3 p.p., respetivamente.

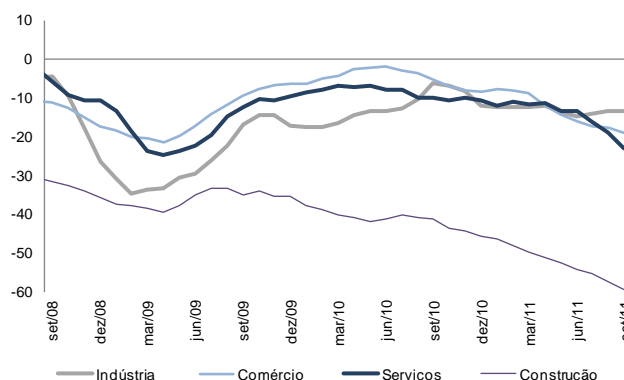
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 3.º trimestre de 2011, registou-se um agravamento em todos os indicadores de confiança, com exceção da indústria transformadora que registou uma quebra menor do que no trimestre precedente. A construção voltou a atingir um novo mínimo, e os serviços registaram uma quebra bastante acentuada face ao 2.º trimestre.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

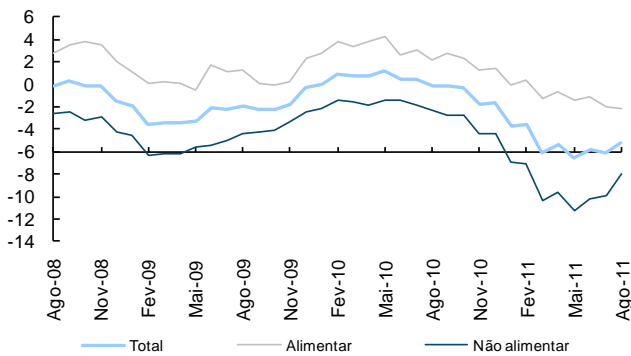
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,2	1,3	1,1	-0,4	-0,9	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-0,4	0,0	-1,1	-1,5	-2,2	-2,7	-2,2	-2,3	-2,4	-2,7
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-12,1	-6,4	-12,2	-12,4	-14,8	-13,5	-17,5	-9,8	-13,3	-17,4
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-5,0	-5,2	-8,5	-8,8	-15,9	-19,0	-15,5	-20,0	-17,6	-19,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-8,9	-9,9	-10,7	-11,6	-13,5	-23,0	-12,7	-21,1	-23,3	-24,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-42,2	-41,3	-45,6	-49,9	-54,4	-59,6	-56,1	-55,6	-60,4	-62,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,0	-0,2	0,7	0,5	0,2	:	-1,5	-1,3	0,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	9,3	7,6	8,5	10,1	8,1	:	7,2	3,3	7,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,6	1,3	2,5	-3,4	-6,3	:	-9,6	-6,7	-4,6	:

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou, no trimestre terminado em agosto, uma diminuição homóloga de 5,2%, uma melhoria de 0,9 p.p. em relação ao mês anterior.

Esta evolução decorre de uma melhoria de 2,1 p.p. na categoria dos bens não alimentares com um decréscimo de 7,9% em termos homólogos e da deterioração na categoria dos bens alimentares, que reduziram 2,2%, um agravar de 0,2 p.p. face a julho.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

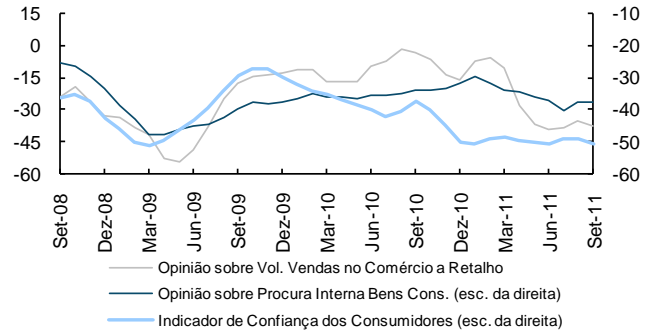


Fonte: INE.

No mês de setembro registou-se uma quebra na confiança quer dos empresários do comércio a retalho quer no sentimento dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria. No entanto, enquanto no primeiro caso essa evolução se traduziu numa quebra considerando a média móvel dos últimos 3 meses, invertendo assim a tendência de melhoria que se vinha verificando nos últimos meses, no segundo apesar do decréscimo mensal, a média trimestral manteve melhorias.

O índice de confiança dos consumidores, após 4 meses consecutivos de estabilidade, apresentou uma quebra acentuada, motivando o degradar da média dos últimos 3 meses.

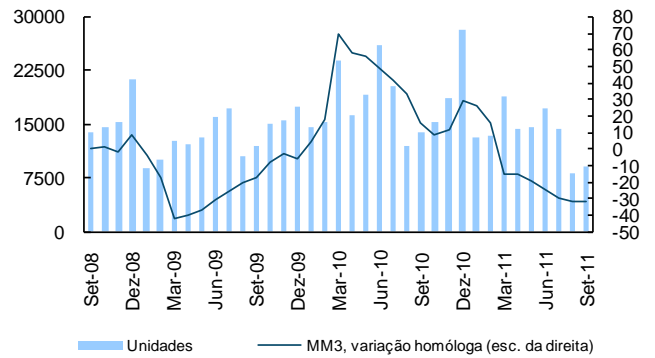
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em setembro foram vendidos aproximadamente 9 mil veículos, representando uma quebra de 33,8% em termos homólogos, mais 2 p.p. que no mês transato.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

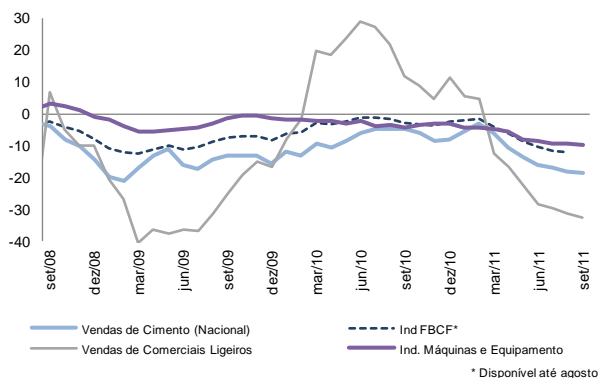
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Sep	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,1	12	-2,2	-3,4	:	-	-	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-37	-50	-48	-51	-51	-49	-49	-49	-54	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-3	-16	-11	-39	-38	-36	-38	-33	-43	
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,2	-0,1	-1,7	-6,1	-5,9	:	-5,6	-5,3	-4,6	-	
Bens alimentares	VH	"	2,5	2,7	14	-1,2	-1,1	:	-1,0	-2,7	-2,8	-	
Bens não alimentares	VH	"	-2,5	-2,7	-4,5	-10,4	-10,2	:	-9,8	-7,8	-6,3	-	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	16,1	28,9	-15,2	-24,7	-31,5	-34,1	-29,7	-31,8	-33,8	
Importações de bens de consumo***	VH	INE	2,3	0,0	3,0	2,6	-2,8	:	-9,2	-5,6	-0,9	-	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2011 apontam para a continuação do agravamento do investimento, devido à diminuição de todas as componentes, principalmente da construção e do material de transporte. O indicador de FBCF disponível até ao mês de agosto, continua a trajetória de agravamento, com quebras próximas das registadas no início de 2009.

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)

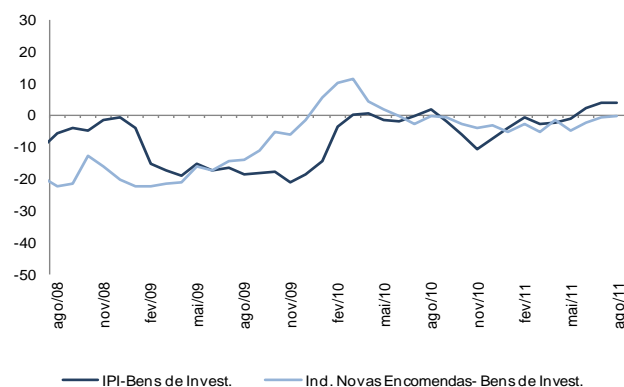


Fonte: INE.

Neste 3.º trimestre, e em termos homólogos, verifica-se que:

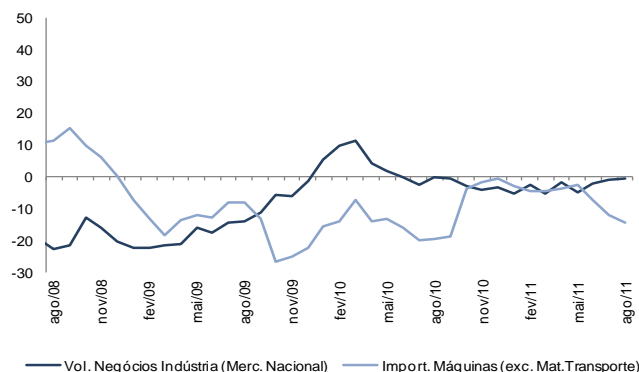
- as vendas de cimento acentuaram a quebra para 18,6% (-16,3% no 2.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 32,8% (-28,3% no 2.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continuaram a apresentar uma evolução negativa.

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em agosto, as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 14,2% (-7,1% no 2.º trimestre). Já as licenças de construção de fogos e o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional, registaram melhorias (-11,6% e 1% face a -12,9% e -1,4% no 2.º trimestre, respetivamente). No mercado nacional, continuou a produção industrial de bens de investimento recuperou 1,5 p.p. face ao 2.º trimestre (2,2%), e o índice de novas encomendas de bens de investimento apresentou uma quebra menor (-0,3% face a -2,2% no 2.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

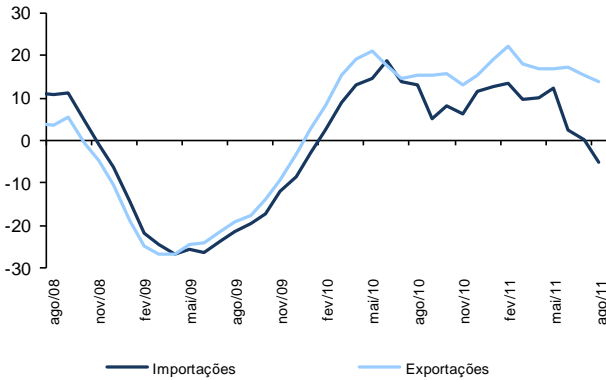
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-5,3	-8,7	-5,2	-6,2	-12,6	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-4,9	-7,5	-4,0	-7,0	-10,3	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-3,1	-2,9	-2,6	-4,2	-10,6	:	-10,6	-11,5	-12,2	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-7,0	-4,7	-8,0	-6,1	-16,3	-18,6	-17,9	-20,3	-15,5	-19,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,4	11,6	11,4	-12,6	-28,3	-32,8	-30,8	-32,1	-30,7	-35,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-6,9	-10,7	39,9	34,1	-2,6	-41,4	-32,3	-47,2	-20,7	-48,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-28,3	-29	-20,0	-21,9	-43,6	-45,9	-42,4	-44,2	-42,5	-51,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-8,2	-7,0	-16,0	-24,8	-39,0	:	-37,2	-28,2	-40,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-10,6	-18,7	-0,4	-4,5	-7,1	:	-18,1	-15,0	-8,3	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6,1	-0,5	-3,2	-5,2	-2,2	:	2,0	-1,1	-2,0	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE, para os meses de julho e agosto, apontam para uma desaceleração nominal das exportações (13,7% face a 17,3% no 2.º trimestre) e para uma estabilização do crescimento das importações nos 2,3%. Este comportamento das importações está influenciado pelo efeito de base, já que em igual período do ano anterior se tinham registado importações elevadas, devido à importação de material militar.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional de Bens
(VH, MM3, %)

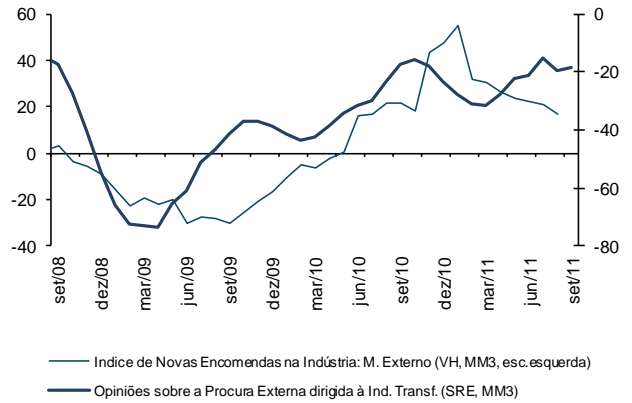


% face a Fonte: INE.,

Verificou-se, em ambos os casos, abrandamentos nas componentes intra e extracomunitárias.

No trimestre terminado em agosto, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuaram em desaceleração (17% face a 22,5% no 2.º trimestre), apesar de continuarem a registar crescimentos elevados. Já as opiniões sobre a procura externa na indústria registaram, no 3.º trimestre, uma quebra menos acentuada face ao trimestre precedente.

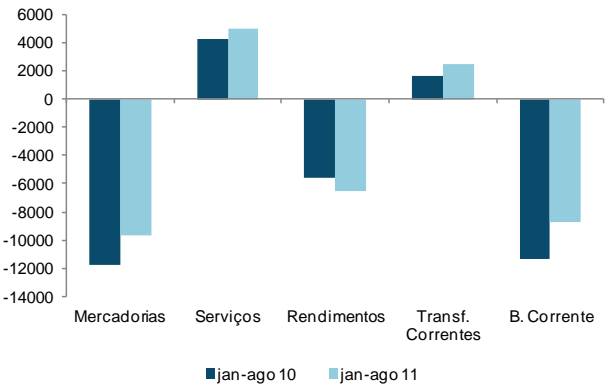
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até agosto de 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 8 750 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 2 646 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com exceção da balança de rendimentos. A maior recuperação registou-se na balança de bens, cujo défice diminuiu 2 089 milhões de euros em termos homólogos.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 2 906 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

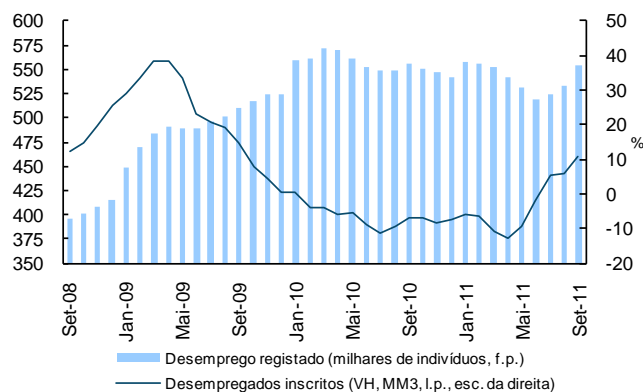
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011		2011		
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	jun	jul	ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	9,2	9,6	8,5	7,8	8,4	8,4	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,1	6,2	9,6	1,2	3,7	-0,9	-5,4	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	7,0	8,2	6,0	7,5	5,6	4,7	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,4	-9,6	-9,3	-8,6	-6,0	-7,4	-8,7	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,4	17,7	15,5	15,3	17,9	17,3	14,5	10,7	17,7
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	8,9	18,9	5,1	11,5	9,7	2,3	-17,1	4,6	-0,3

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		Var. Acumulada
				ago	jan-ago	ago	jan-ago	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 300	- 702	-10 539	299	-7 632	2 906
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-1565	-11725	-1091	-9 635	2 089
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 706	1028	4 302	1 199	5 023	721
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 926	- 591	-5 586	- 599	-6 568	- 982
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 174	157	1 613	454	2 431	819

Mercado de Trabalho

Em setembro, de acordo com os dados do IEFP, os desempregados registados nos centros de emprego totalizavam 554 mil, uma redução homóloga de 0,3%, 2,7 p.p. inferior à registada no mês anterior.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

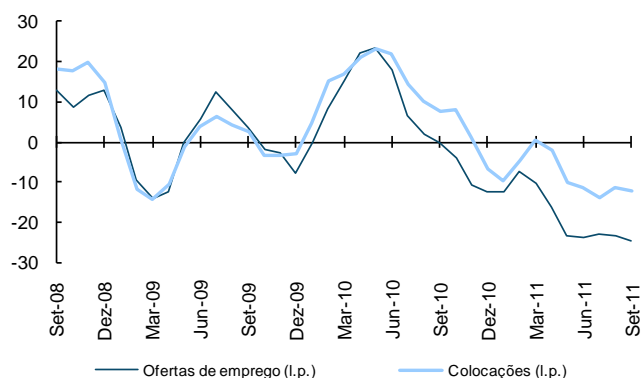
Em valores absolutos traduz-se numa redução de 1,7 mil desempregados face a igual mês do ano anterior, mas um aumento de 20,7 mil em relação a agosto de 2011.

Em setembro verificou-se um aumento homólogo de 17,2% dos desempregados inscritos mensalmente, um acréscimo de 10,6 p.p. face ao mês anterior. Durante o mês inscreveram-se mais 26,7 mil pessoas que em setembro de 2010, e mais 1,2 mil que no mês transato.

Nas ofertas de emprego no mês de setembro registou-se uma diminuição homóloga de 23,7%, 0,1 p.p. superior à ocorrida no mês anterior.

Em igual período as colocações apresentaram uma quebra de 11 %, 3 p.p. superior à registada em agosto.

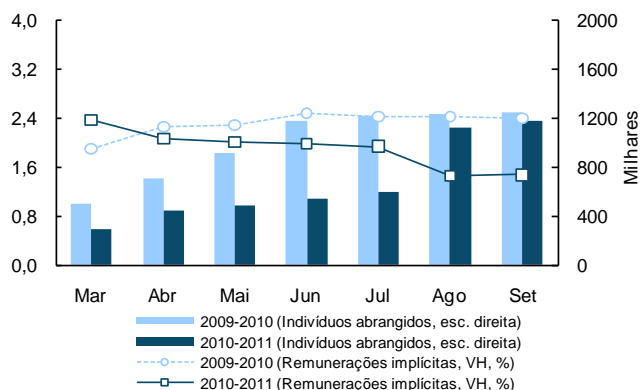
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

A evolução relativamente melhor das colocações em relação às ofertas motivou que o rácio das colocações sobre as ofertas subisse para os 69%, o valor mais alto desde 2002.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSS.

Os trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) totalizaram, até final de setembro, 1,2 milhões, um aumento de 65 mil face a agosto, mas uma diminuição 5,6% em termos homólogos. As remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho mantiveram-se com um crescimento homólogo de 1,5.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

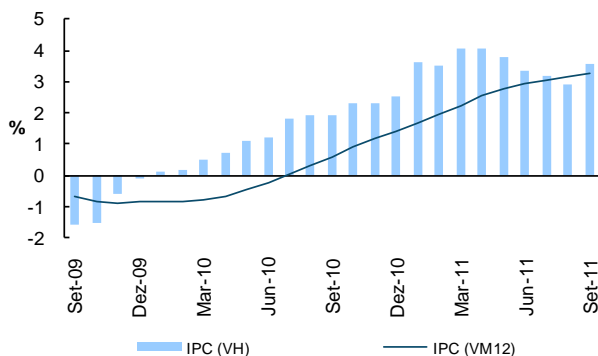
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Sep
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	10,9	11,1	12,4	12,1	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-1,5	-1,1	-1,5	-2,8	-2,0	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	8,9	3,3	-3,5	-6,0	:	-6,0	-4,4	-3,0	-0,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,7	-6,8	-7,5	-11,0	-2,2	:	4,7	6,2	6,6	17,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4,9	-0,3	-12,4	-10,3	-23,8	:	-19,7	-26,2	-23,6	-23,7
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	2,4	2,4	2,4	2,0	1,5	2,0	1,9	1,5	1,5
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	14	-0,1	4,2	0,8	-0,8	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	16	1,2	1,7	2,7	3,6	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em setembro o Índice de Preços no Consumidor (IPC) interrompeu a tendência de abrandamento apresentando uma taxa de variação homóloga de 3,6%, 0,7 p.p. superior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC subiu 0,2 p.p. para os 3,3%.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para a subida do IPC foram os transportes e a habitação, água e eletricidade, categorias, com aumentos de 9,2% e 4,7% respetivamente. Em ambas verifica-se um forte impacto do preço dos produtos energéticos, que registaram um aumento de 11,5%.

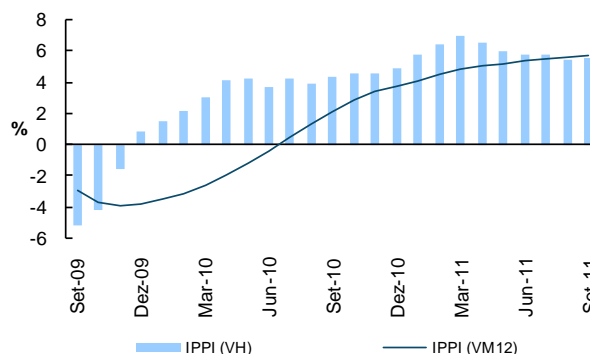
Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, as bebidas alcoólicas e tabaco e a saúde foram outras categorias com contributo relevante para a evolução dos preços, com aumentos de preços de 1,8%, 7,3% e 5,8%, respetivamente. O calçado e vestuário voltaram a ser a única categoria a apresentar uma contribuição negativa para o aumento do IPC, com uma redução de 1,7% dos preços em termos homólogos.

Os preços dos bens apresentaram um crescimento de 4,2%, 1,1 p.p. superior ao observado mês anterior. Já os preços nos serviços decresceram 0,1 p.p. face ao mês anterior, registando um aumento de 2,5%. O diferencial entre ambos subiu 1,2 p.p. para os 1,7 p.p..

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) cresceu 0,7 p.p. em setembro atingindo os 2,5%. O diferencial face ao IPC total decresceu 0,1 p.p. para o 1 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial estabilizou nos 5,5% em setembro, após 5 meses consecutivos de abrandamento do crescimento dos preços. A variação média dos últimos 12 meses subiu 0,1 p.p. para os 5,7%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Os agrupamentos industriais dos produtos intermédios e da energia foram os onde se verificaram os maiores aumentos, de 4,1% e 11,2%, respetivamente. A Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e as Indústrias Transformadoras foram, por sua vez, as secções onde se registaram as maiores subidas de 6,1% e 5,5%, respetivamente.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor para Portugal apresentou em setembro uma variação homóloga de 3,5%, um acréscimo de 0,7 p.p. face ao mês anterior. Na área euro também se verificou uma subida dos preços com um crescimento de 3%, 0,5 p.p. superior ao do mês transato. Assim sendo, o diferencial entre ambas aumentou 0,3 p.p. para os 0,5 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

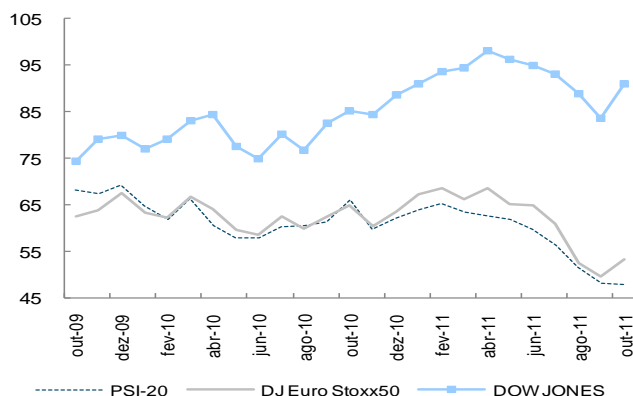
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011								
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,6	0,0	1,6	0,4	-0,1	-0,2	-0,1	-0,4	0,8
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,6	3,5	4,0	4,1	3,8	3,4	3,2	2,9	3,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	14	1,7	2,0	2,3	2,5	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3
IPC – Bens	VH	"	17	4,4	4,4	4,8	4,8	4,6	3,9	3,6	3,1	4,2
IPC – Serviços	"	"	10	2,5	2,4	2,7	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	2,1	1,9	2,4	2,6	2,5	2,3	2,1	1,8	2,5
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	5,8	6,5	7,0	6,6	6,0	5,8	5,7	5,5	5,5
IHPC	"	"	14	3,6	3,5	3,9	4,0	3,7	3,3	3,0	2,8	3,5
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	1,3	1,1	1,2	1,2	1,0	0,6	0,5	0,2	0,5

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Após uma diminuição acentuada dos índices bolsistas internacionais nos últimos meses, traduzindo, em parte, as repercussões da crise financeira internacional na economia real e o aumento da incerteza relativa à perspetiva do crescimento económico mundial nos próximos anos, verificou-se, em outubro, uma ligeira inversão desta tendência.

Assim, em outubro e, em termos médios até ao dia 26, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 5,1% e 4,6%, respetivamente, face ao final do mês de setembro.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(abril 2007=100, fim do período)

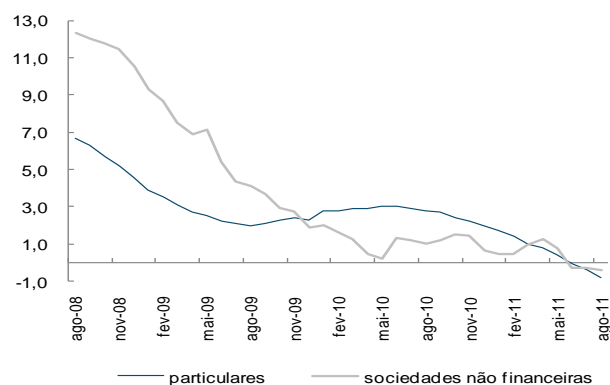


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para outubro, o valor é do dia 26.

Enquanto, o índice PSI-20 continuou a apresentar uma tendência globalmente menos positiva do que os índices bolsistas internacionais. Em outubro e, em termos médios até ao dia 26, o índice PSI-20 subiu apenas 0,7% face ao final do mês de setembro.

Em agosto de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -0,6% (-0,4% em julho). Para esta evolução contribuiu uma diminuição tanto do crédito dirigido às empresas como aos particulares.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

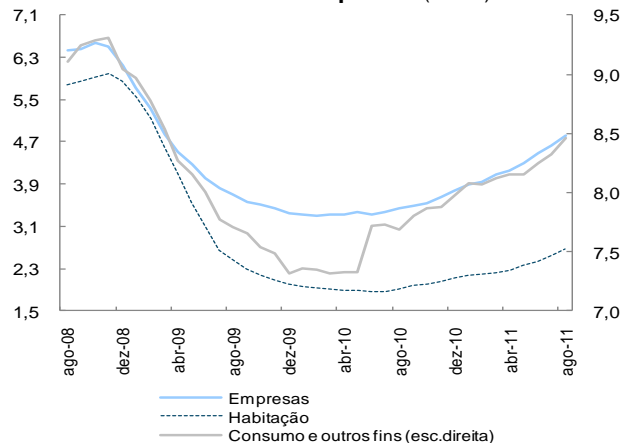


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, dentro do segmento dos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo a apresentado, em agosto, pela primeira vez, uma taxa de variação negativa (-0,3%). O crédito destinado ao consumo manteve uma variação negativa para -3,7% (-3,1% em julho).

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais pronunciada para o último caso.

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

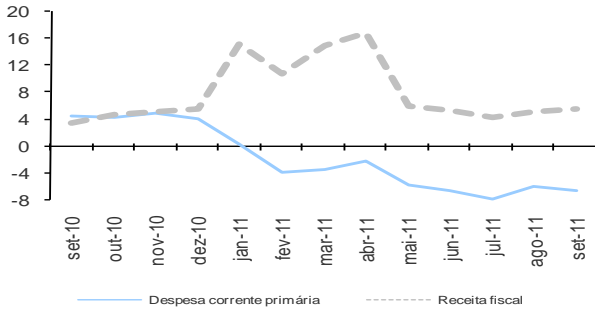
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011										
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set		
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	6,9	7,4	8,4	9,5	9,7	9,6	10,6	10,2	10,9		
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	379	424	511	624	672	665	803	795	895		
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	3,0	2,3	-3,0	-1,0	-1,6	-3,1	-5,9	-8,3	-6,8		
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,4	2,2	1,9	1,6	1,3	0,9	0,4	0,0	-0,3	:		
- para consumo	va**	"	0,6	0,4	-0,1	-1,0	-1,5	-2,4	-2,5	-3,1	-3,7	:		
Empréstimos a empresas	va**	"	0,7	0,4	0,4	1,0	1,3	0,8	-0,3	-0,3	-0,4	:		
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,12	2,17	2,19	2,22	2,26	2,36	2,44	2,54	2,66	:		
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,77	3,88	3,95	4,08	4,15	4,30	4,49	4,64	4,82	:		

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até setembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 6561,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2743,7 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 2397,0 milhões de euros, menos 3213,9 milhões de euros do que o registado no mesmo período de 2010.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5,4%, justificado pelo crescimento de 6,7% na receita dos impostos diretos e de 4,5% dos impostos indiretos. Nos impostos diretos, o principal contributo é dado pela receita do IRC, que cresce 13,8%, em consequência do aumento de retenções na fonte, diminuição nos reembolsos e aumento das receitas na segunda fase dos pagamentos por conta, enquanto o IRS registou um aumento de 2,0%. Nos impostos indiretos, esta variação é o resultado do crescimento da receita do IVA em 9,1%, demonstrando uma desaceleração face aos últimos três meses em termos homólogos, em resultante da subida das taxas em 1 p.p. em julho de 2010. A receita não fiscal apresentou um crescimento de 3,2%, justificada, principalmente, pelas outras receitas correntes (162,0%), participações para a ADSE (107,2%) e transferências correntes (18,2%); e
- um decréscimo da despesa total em 3,8% e da despesa primária em 5,8%. Para este resultado contribuíram o decréscimo das transferências para as administrações públicas (-7,2%), das despesas com pessoal (-10,5% ou -6,2% expurgando o efeito da alteração metodológica¹) e dos subsídios (-49,5%), justificado pela redução dos montantes de bonificação de juros à aquisição de habitação própria, pelo efeito base associado aos encargos com os apoios à instalação de painéis solares

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

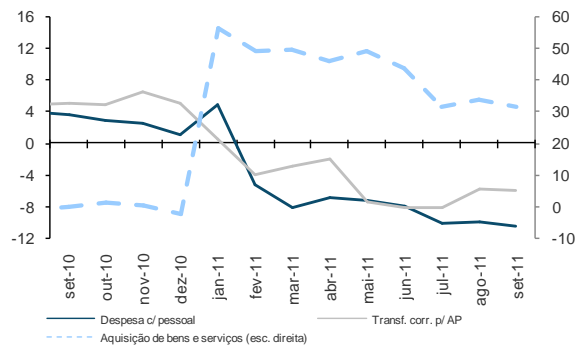
	2010		2011		2011			
	jan a set		jan a set		jun	jul	ago	set
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	26532	27897	72,8	71,9	4,8	4,4	4,8	5,1
Receita corrente	26049	27607	75,2	73,6	5,4	5,0	5,6	6,0
Impostos diretos	9726	10375	73,1	75,3	1,9	3,0	5,4	6,7
Impostos indiretos	14031	14658	79,2	74,3	7,4	5,2	4,8	4,5
Despesa Total	35837	34458	68,5	70,8	-3,4	-4,8	-2,9	-3,8
Despesa corrente primária	30088	28049	71,1	71,6	-6,6	-7,9	-6,0	-6,8
Despesa corrente	33782	32214	70,7	70,9	-5,6	-5,8	-3,9	-4,6
Despesa com pessoal	8192	7335	70,7	74,6	-8,0	-10,1	-10,0	-10,5
Aquisição bens e serviços	823	1080	51,6	55,2	43,8	31,6	33,7	31,3
Subsídios	295	149	40,8	24,1	-42,0	-49,0	-46,0	-49,5
Juros	3694	4165	67,1	66,1	0,7	10,9	14,2	12,7
Transferências corr. p/ AP	18273	17168	73,7	75,1	-8,1	-8,2	-5,9	-6,0
Saldo Global	-9305	-6562	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-5611	-2397	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registadas como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

verificados em 2010 e ainda pela diminuição das indemnizações compensatórias. Em sentido contrário, verifica-se o aumento das outras transferências de capital (416,2%), em resultado da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias ocorrida em Junho, parcialmente compensado no ano de 2010 pela transferência de capital para o IAPMEI no âmbito dos apoios à economia, das despesas com juros e outros encargos (12,7%), da aquisição de bens e serviços (31,3%, que retirando o efeito da reclassificação da despesa da ADSE, seria de -10,9%) e de outras despesas correntes (28,0%).

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de setembro, a dívida direta do Estado situou-se em 178,2 mil milhões de euros, aumentando 9276,6 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu essencialmente os recebimentos do Programa de Assistência Económica e Financeira (11249,5 milhões de euros, dos quais 7000 milhões de euros referentes ao MEEF e 4249,5 milhões de euros do FMI). Em sentido contrário, registou-se a emissão líquida negativa de Bilhetes do Tesouro (1345,8 milhões de euros) e de Certificados de Aforro (250,4 milhões de euros).

Quadro 2.8. Movimento da Dívida (milhões de euros)

	31-ago-11	set-11			30-set-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	126 223	2 543	3 886	115	124 995
Bilhetes do Tesouro	17 349	2 073	3 419	0	16 003
Obrigações do Tesouro	103 940	0	0	0	103 940
Não Transacionável	22 789	14 077	3 865	0	22 043
Cert. de Aforro e do Tesouro	13 732	59	299	0	13 492
CEDIC e CEDIM	5 198	2 568	2 562	0	5 204
Prog. de Assist. Financeira	19 877	10 957	0	293	31 126
Total	168 888	16 620	7 751	408	178 165

Fonte: IGCP.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até setembro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1157,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 140,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento da receita de 0,6%, explicada pela transferência de capital para a CGA, relacionada com a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA e pelas transferências da UE no âmbito do FEDER, do FEADER e FEAGA. As contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE registam um decréscimo de 6,7%, explicado pela diminuição da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respetivos) e de quotas e contribuições para a CGA em consequência do aumento das aposentações e da aplicação da medida de contenção nas remunerações totais; e
- um decréscimo da despesa em 0,2%, justificada, essencialmente, pela diminuição da aquisição de bens e serviços (-4,1%), em consequência do decréscimo na despesa em comparticipações de medicamentos, na aquisição de produtos farmacêuticos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica no âmbito do SNS, e dos subsídios, em resultado da redução dos apoios concedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Em sentido inverso, salienta-se o aumento das despesas com pessoal (6,7%) e das outras transferências (19,8%), justificado pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e pela renegociação da cedência do crédito da CGA sobre a PT Comunicações que resultou na anulação parcial do montante inicial contratado.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	jan a set	2010	jan a set	ago	set	
	10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)			
Receita Total	17 487	17 587	618	70,1	15	0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 994	2 795	69,7	66,8	-6,2	-6,7
Transferências correntes das Adm. Públicas	11 601	11 362	718	73,9	-0,9	-2,1
Despesa Total	16 470	16 430	616	67,2	14	-0,2
Despesa com pessoal	1 898	2 025	55,3	63,2	11,5	6,7
Aquisição de bens e serviços	6 149	5 899	67,8	72,4	-14	-4,1
Transferências correntes	7 172	7 326	65,6	69,3	14	2,1
Saldo Global	1 017	1 158	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

Serviço Nacional de Saúde

Execução financeira consolidada do SNS

Nos três primeiros trimestres de 2011, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um défice de 200,2 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 132,2 milhões de euros face ao excedente registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,4%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (6,9%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 7,9%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-8,2%, onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos, nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica) e das despesas com pessoal (5,9%, que conjuga o efeito da redução da massa salarial, da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios e número de aposentações).

Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010		2011	
	jan a set	ago-11	set-11	
	10 ⁶ euros	VHA (%)		
Receita Cobrada	6 714	6 287	-6,3	-6,4
Transferências do Orçamento do Estado	6524	6073	-6,9	-6,9
Prestação de serviços	65	75	17,6	15,7
Outras receitas	125	139	14,1	11,5
Despesa Total	7 046	6 487	-7,6	-7,9
Despesa com pessoal	773	727	-5,9	-5,9
Subcontratos	5 850	5 373	-7,8	-8,2
Outras despesas	423	387	-7,8	-8,4
Saldo Global	-332	-200	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

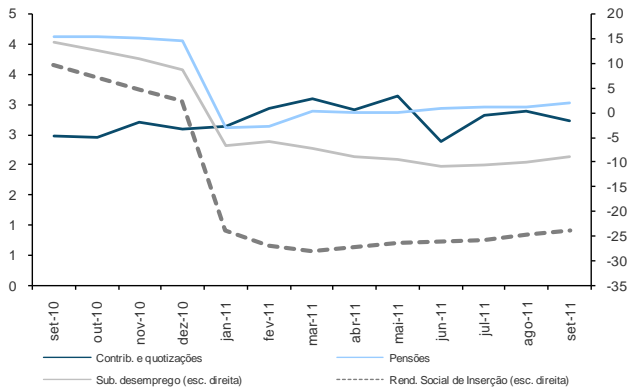
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até setembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 803,7 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 84,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

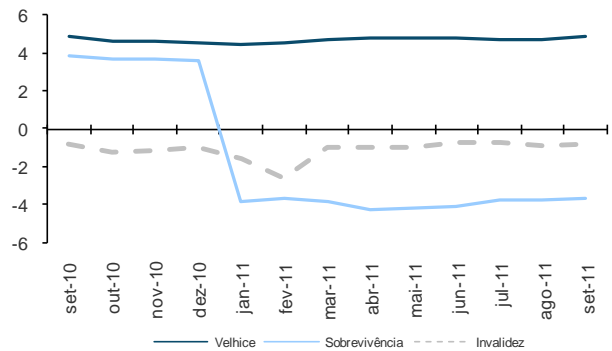
- uma redução da receita (0,5%) como resultado do da redução nas transferências correntes da Administração Central no âmbito do financiamento da Lei de bases da Segurança Social (-13,0%). Em sentido oposto, verificou-se o aumento das receitas de contribuições e quotizações (2,7%), das transferências do Fundo Social Europeu (37,0%) e de outras receitas correntes (21,9%); e
- uma manutenção do nível da despesa, refletindo, por um lado, o aumento das despesas com pensões (3,0%) e com ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu (28,1%), e, por outro lado, a diminuição das restantes prestações sociais (-9,3%), nomeadamente do subsídio familiar a crianças e a jovens (-32,7%), do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-8,9%) e do rendimento social de inserção (-23,8%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,4% nas pensões de velhice da Segurança Social e uma diminuição de 10,2% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 3,7% no subsídio de doença.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



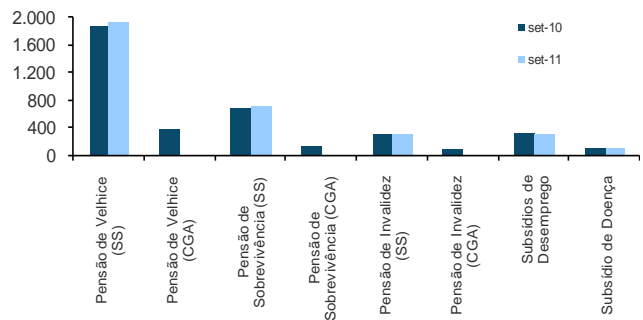
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até setembro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 373,4 milhões de euros, mais 407,4 milhões de euros face ao período homólogo. A receita total aumentou 12,7%, refletindo, fundamentalmente, a cedência de um crédito da CGA sobre a PT Comunicações, S.A., no âmbito da assunção de responsabilidades com as pensões e outros abonos dos trabalhadores da PT que, após renegociação, sofreu uma anulação de 144,2 milhões de euros com impacto na despesa de capital. A despesa total aumentou 5,9%, como resultado do aumento da despesa em pensões (3,5%) e da referida anulação do crédito sobre a PT Comunicações, S.A.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2010		2011		2010		2011			
	jan a set		jan a set		jan a set		jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	17728	17635	-0,5	74,3	73,3	6004	6769	12,7	57,9	73,6
Contribuições e quotizações	9964	10237	2,7	73,9	72,5	2991	2791	-6,7	69,8	66,8
Transferências correntes da Adm. Central	5912	5164	-12,7	74,8	74,3	2956	3297	11,5	73,5	77,0
Despesa Total	16840	16832	0,0	72,7	71,7	6038	6396	5,9	71,5	72,4
Pensões	9957	10259	3,0	71,2	71,4	6009	6226	3,6	71,5	71,9
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1700	1549	-8,9	76,5	74,3	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	3482	3151	-9,5	75,4	73,4	-	-	-	-	-
Saldo Global	888	804	-	-	-	-34	373	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administração Central e Segurança Social

Até setembro, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social foi de 4600,4 milhões de euros, representando uma melhoria de 2799,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 426,3 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 3270,2 milhões de euros. A receita total exibiu um grau de execução de 71,8%, face ao objetivo traçado no Orçamento do Estado, com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem níveis de execução de 72,3% e 58,9%, respetivamente. A despesa total revelou um grau de execução orçamental ligeiramente inferior ao da receita, situando-se nos 69,1%, refletindo as execuções de 70,2% e 54,6% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

Administração Regional

De janeiro a agosto, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 3,7 milhões de euros, o que revela um agravamento face ao saldo registado até ao mês anterior (24,4 milhões de euros). Este comportamento é explicado pela diminuição do excedente orçamental registado na Região Autónoma dos Açores (RAA) de 32,8 milhões de euros, enquanto, na Região Autónoma da Madeira (RAM) observou-se uma redução do défice de 8,4 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao valor acumulado até julho, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 146,3 milhões de euros, devido, sobretudo, ao aumento da receita fiscal, em 112,0 milhões de euros, e das transferências de capital do resto do mundo, em 20,6 milhões de euros; e

- um aumento da despesa total em 170,8 milhões de euros, refletindo principalmente o comportamento das outras transferências correntes e de capital (72,5 milhões de euros), da despesa com pessoal (56,9 milhões de euros) e da aquisição de bens e serviços (21,9 milhões de euros).

Quadro 2.13. Execução Orçamental da Adm. Regional

	Administração Regional			
	2011		2011	
	jan a jul	jan a ago	jan a jul	jan a ago
	10 ⁶ euros		VC (%)	
Receita total	1 203	1 349	28,2	12,2
Impostos	595	707	17,7	18,8
Transferências correntes	368	374	24,0	1,9
Despesa total	1 175	1 346	20,1	14,5
Pessoal	438	494	15,2	12,8
Aquisição de bens e serviços	175	197	19,6	12,5
Transferências correntes	295	346	24,5	17,1
Investimento	102	114	24,6	11,7
Saldo global	28	4	-	-

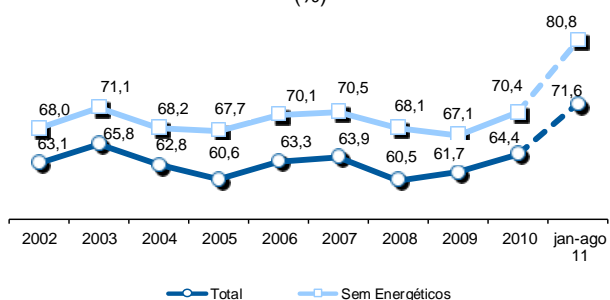
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

Segundo os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de agosto de 2011, nos primeiros oito meses de 2011 as exportações de mercadorias cresceram 16,6% e as importações 5% [3], em termos homólogos, comportamento que levou a uma melhoria do défice da balança comercial (fob/cif) de 16,2%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações também cresceram a uma taxa significativamente superior à das importações (17,3% e 1,8%, respetivamente) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a agosto			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
	Exportações (fob)	23.722	27.669	16,6	13,9
Importações (cif)	36.802	38.633	5,0	-5,2	6,4
Saldo (fob-cif)	-13.080	-10.963	-16,2	-37,8	-10,6
Cobertura (fob/cif)	64,5	71,6	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	21.974	25.777	17,3	14,3	16,8
Importações (cif)	31.319	31.887	1,8	-7,4	3,8
Saldo (fob-cif)	-9.345	-6.110	-34,6	-55,0	-24,6
Cobertura (fob/cif)	70,2	80,8	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	5.947	6.929	16,5	16,6	16,7
Importações (cif)	9.264	10.503	13,4	2,5	13,8
Saldo (fob-cif)	-3.317	-3.574	7,8	-21,4	8,2
Cobertura (fob/cif)	64,2	66,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.
Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº10/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de agosto de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as importações e 250 mil para as exportações, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e agosto de 2011, as exportações passaram a representar 71,6% das importações, o que equivale a um acréscimo de 7,1 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 80,8% das importações (+10,6 p.p. que em igual período no ano transato).

No último ano a terminar em agosto de 2011, as exportações registaram uma variação homóloga de 16,3% e as importações de 6,4%. O défice comercial recuperou 10,6%.

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a agosto

janeiro a agosto	Valores em milhões de Euros		
	2010	2011	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	23 722	27 669	16,6
Importações (cif)	36 802	38 633	5,0
Saldo (fob-cif)	- 13 080	- 10 963	-16,2
Cobertura (fob/cif)	64,5	71,6	-
Intra UE			
Exportações (fob)	17 775	20 740	16,7
Importações (cif)	27 538	28 130	2,1
Saldo (fob-cif)	- 9 763	- 7 389	-24,3
Cobertura (fob/cif)	64,5	73,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 947	6 929	16,5
Importações (cif)	9 264	10 503	13,4
Saldo (fob-cif)	- 3 317	- 3 574	7,8
Cobertura (fob/cif)	64,2	66,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses do corrente ano, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 24,3% relativamente ao período homólogo. As exportações de mercadorias cresceram 16,7% e as importações 2,1%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE registou um agravamento de 7,8% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 453	10,9	2 608	3 121	19,7
fev	4 230	4 636	9,6	2 719	3 314	21,9
mar	5 029	5 475	8,9	3 333	3 779	13,4
abr	4 485	5 010	11,7	2 962	3 441	16,2
mai	4 679	5 438	16,2	3 048	3 701	21,4
jun	5 544	4 597	-17,1	3 137	3 591	14,5
jul	4 645	4 861	4,6	3 402	3 767	10,7
ago	4 177	4 162	-0,3	2 512	2 955	17,7
set	4 884			3 314		
out	5 082			3 267		
nov	5 095			3 327		
dez	5 190			3 133		
1º Trim	13 273	14 565	9,7	8 659	10 213	17,9
2º Trim	14 708	15 045	2,3	9 148	10 733	17,3
3º Trim	13 706			9 228		
4º Trim	15 367			9 727		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Entre janeiro e agosto de 2011, as exportações de mercadorias cresceram 16,6% relativamente a igual período de 2010. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 17,3%.

Nos primeiros oito meses do ano, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias, destacando-se o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+3,4 p.p.), “Químicos” (+3,1 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.).

As “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos com maior peso na estrutura das exportações de mercadorias (14,4%), seguindo-se o “Material de Transporte” cujas exportações representam 13,1% das exportações totais de mercadorias.

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações nos últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011.

Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+16,3%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

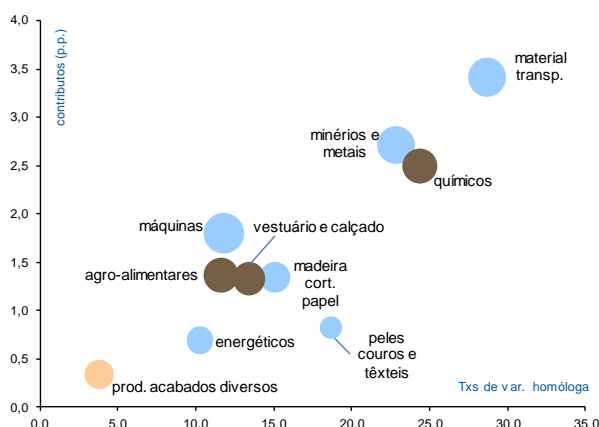
Tal como nos primeiros oito meses de 2011, os grupos de produtos “Material de Transporte” (+3,4 p.p.), “Químicos” (+2,7 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,5 p.p.) foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias no último ano a terminar em agosto de 2011.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Máquinas” e “Agro- Alimentares” (+1,8 p.p. e +1,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011
(Total: 16,3%)

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011(Total: 16,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-ago		últimos 12 meses ^[1]		jan-ago	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	23 722	27 669	100,0	100,0	100,0	100,0	16,3	16,3	16,6	16,6
000 Agro-Alimentares	2 659	2 975	8,7	11,7	11,2	10,8	11,6	1,4	11,8	1,3
100 Energéticos	1 748	1 892	4,1	6,7	7,4	6,8	10,3	0,7	8,2	0,6
200 Químicos	2 854	3 581	10,5	11,9	12,0	12,9	22,9	2,7	25,5	3,1
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 193	2 426	8,9	9,2	9,2	8,8	15,1	1,3	10,6	1,0
400 Peles, Couros e Têxteis	1 040	1 239	5,3	4,4	4,4	4,5	18,6	0,8	19,1	0,8
500 Vestuário e Calçado	2 386	2 717	12,4	9,8	10,1	9,8	13,4	1,3	13,9	1,4
600 Minérios e Metais	2 440	3 048	9,1	10,5	10,3	11,0	24,4	2,5	24,9	2,6
700 Máquinas	3 517	3 990	19,4	14,9	14,8	14,4	11,8	1,8	13,4	2,0
800 Material de Transporte	2 813	3 627	13,9	12,4	11,9	13,1	28,7	3,4	29,0	3,4
900 Produtos Acabados Diversos	2 071	2 175	7,7	8,6	8,7	7,9	3,8	0,3	5,0	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	21 974	25 777	95,9	93,3	92,6	93,2	16,8	15,6	17,3	16,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011

[2] $(\text{set } 10\text{-ago } 11) / (\text{set } 09\text{-ago } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Entre janeiro e agosto de 2011, as exportações para a UE, assim como as exportações com destino aos países da UE-15, cresceram, em termos homólogos, 16,7%. As exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 15,2%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de crescimento homólogo próxima à das exportações Intra UE (16,5%) (Quadro 3.5). Apesar disso, as exportações de mercadorias para a UE continuaram a ser as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+12,5 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 4,1 p.p.

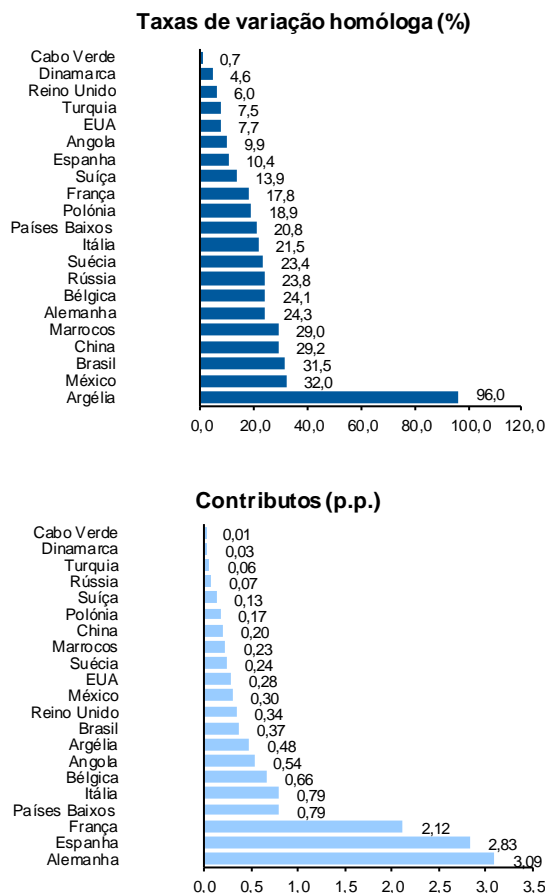
As exportações de mercadorias para a Alemanha e para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (com contributos de 3,1 p.p. e 3 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido registaram crescimentos homólogos de 20,3% e 5,7%, respetivamente.

No último ano a terminar em agosto de 2011, as exportações para os países Intra UE cresceram 16,2%, tal como as exportações para os países da UE-15. As exportações com destino à Alemanha (+3,1 p.p.) e à Espanha (2,8 p.p) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+96%), México (+32%) e Brasil (+31,5%). Angola contribuiu positivamente, ainda que de forma diminuta, para o crescimento das exportações (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de Euros

Destino	jan-ago		Estrutura (%)				média anual 05-10*	Taxas de variação e contributos			
	2010	2011	anual		jan-ago			12 meses [1]		jan-ago	
			2005	2010	2010	2011		VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	23 722	27 669	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	16,3	16,3	16,6	16,6
Intra UE-27	17 775	20 741	80,3	75,0	74,9	75,0	2,0	16,2	12,2	16,7	12,5
dos quais:											
UE-15	17 046	19 901	78,4	71,9	71,9	71,9	1,6	16,2	11,6	16,7	12,0
Espanha	6 319	7 038	27,6	26,6	26,6	25,4	2,6	10,4	2,8	11,4	3,0
Alemanha	3 036	3 778	12,5	13,0	12,8	13,7	4,3	24,3	3,1	24,4	3,1
França	2 825	3 398	13,5	11,8	11,9	12,3	0,6	17,8	2,1	20,3	2,4
R.Unido	1 313	1 388	8,3	5,5	5,5	5,0	-4,8	6,0	0,3	5,7	0,3
P.Baixos	951	1 164	4,0	3,8	4,0	4,2	2,4	20,8	0,8	22,3	0,9
Itália	871	1 042	4,4	3,8	3,7	3,8	0,6	21,5	0,8	19,6	0,7
Bélgica	687	827	3,9	2,9	2,9	3,0	-2,9	24,1	0,7	20,3	0,6
Suécia	228	292	1,1	1,0	1,0	1,1	1,4	23,4	0,2	27,6	0,3
Dinamarca	173	174	0,8	0,7	0,7	0,6	0,4	4,6	0,0	0,9	0,0
Alargamento	729	840	1,8	3,1	3,1	3,0	14,6	17,3	0,5	15,2	0,5
Polónia	208	258	0,5	0,9	0,9	0,9	13,3	18,9	0,2	24,3	0,2
Extra UE-27	5 947	6 929	19,7	25,0	25,1	25,0	8,4	16,7	4,2	16,5	4,1
dos quais:											
Angola	1 162	1 353	2,6	5,2	4,9	4,9	19,0	9,9	0,5	16,5	0,8
EUA	883	938	5,3	3,6	3,7	3,4	-4,3	7,7	0,3	6,3	0,2
Brasil	267	362	0,6	1,2	1,1	1,3	19,8	31,5	0,4	35,8	0,4
México	262	290	0,3	1,1	1,1	1,0	36,2	32,0	0,3	10,3	0,1
Suíça	221	248	0,8	0,9	0,9	0,9	5,7	13,9	0,1	12,2	0,1
Marrocos	203	258	0,4	0,8	0,9	0,9	18,2	29,0	0,2	27,2	0,2
Turquia	186	203	0,7	0,7	0,8	0,7	3,0	7,5	0,1	9,2	0,1
Cabo Verde	177	171	0,5	0,7	0,7	0,6	12,1	0,7	0,0	-3,7	0,0
China	149	216	0,5	0,6	0,6	0,8	6,6	29,2	0,2	46,5	0,3
Argélia	130	259	0,2	0,6	0,5	0,9	31,3	96,0	0,5	98,6	0,5
Por memória:											
Gibraltar	166	156	0,1	0,6	0,7	0,6	62,7	-6,6	0,0	-6,5	0,0
PALOP	1483	1730	3,4	6,6	6,3	6,3	17,8	11,7	0,8	16,6	1,0
EFTA	282	315	1,1	1,1	1,2	1,1	3,4	12,1	0,1	11,7	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011

[2] $(\text{set } 10\text{-ago } 11) / (\text{set } 09\text{-ago } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) - 100$.

Importações de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 5% relativamente a igual período no ano transato (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” (+3,4 p.p.), “Agro alimentares” (+1,8 p.p.) e Químicos” (+1,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

No último ano a terminar em agosto de 2011, as importações cresceram 6,4%. Os “Produtos Energéticos” (+3,1 p.p.) e os “Químicos” (+1,7 p.p.) foram os grupos de produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações.

A UE-27 mantém a sua posição como principal mercado de origem das importações, tendo representado 72,8% das importações de mercadorias entre janeiro e agosto de 2011.

Por sua vez, a Espanha permanece como principal mercado de origem das importações de mercadorias (31,1% do total).

Entre janeiro e agosto de 2011, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 2,1%, sendo que provenientes dos países da UE-15 aumentaram 1,9% e as provenientes dos países do Alargamento 8,9%. As importações de mercadorias provenientes da Espanha foram as que mais contribuíram para o aumento das importações (+2,1 p.p.).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 13,4% em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Nigéria, do Brasil e da China, que representaram 2,9%, 2,8% e 2,6%, respetivamente, do total das importações de mercadorias. Neste período, as importações de mercadorias provenientes do Brasil (+68%), da Arábia Saudita (+54,8) e dos EUA (+39,1%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) jan-ago		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	36 802	38 633	100,0	100,0	100,0	100,0	6,4	6,4	5,0	5,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	5 111	5 789	11,9	13,8	13,9	15,0	10,3	1,4	13,3	1,8
100-Energéticos	5 483	6 746	14,1	14,6	14,9	17,5	22,0	3,1	23,0	3,4
200-Químicos	5 622	6 217	13,3	15,2	15,3	16,1	11,1	1,7	10,6	1,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1684	1800	4,7	4,6	4,6	4,7	7,4	0,3	6,9	0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 437	2 582	6,8	6,8	6,6	6,7	8,3	0,6	5,9	0,4
500-Minérios e Metais	3 109	3 469	9,2	8,5	8,4	9,0	10,9	0,9	11,6	1,0
600-Máquinas [4]	5 947	5 691	20,5	16,4	16,2	14,7	-1,9	-0,3	-4,3	-0,7
700-Material de Transporte [5]	5 149	4 333	13,5	14,1	14,0	11,2	-4,6	-0,8	-5,9	-2,2
800-Prod. Acabados Diversos	2 259	2 005	6,0	5,9	6,1	5,2	-8,7	-0,6	-11,2	-0,7
Total sem energéticos	31319	31887	85,9	85,4	85,1	82,5	3,8	3,3	1,8	1,5
Mercados de origem										
Intra UE-27	27 538	28 130	77,6	75,7	74,8	72,8	4,1	3,1	2,1	1,6
dos quais:										
UE-15	26 680	27 196	75,8	73,4	72,5	70,4	4,0	3,0	1,9	1,4
Espanha	11224	12 010	30,7	31,2	30,5	31,1	6,9	2,2	7,0	2,1
Alemanha	4 924	4 845	14,4	13,9	13,4	12,5	7,3	1,0	-1,6	-0,2
França	2 727	2 663	8,7	7,3	7,4	6,9	-5,6	-0,4	-2,4	-0,2
Itália	2 113	2 068	5,9	5,7	5,7	5,4	-1,0	-0,1	-2,1	-0,1
Países Baixos	1 919	1 842	4,5	5,1	5,2	4,8	0,7	0,0	-4,0	-0,2
Reino Unido	1 393	1 299	4,3	3,8	3,8	3,4	1,8	0,1	-6,7	-0,3
Bélgica	1 037	1 041	2,9	2,9	2,8	2,7	5,0	0,1	0,3	0,0
Suécia	393	417	1,1	1,0	1,1	1,1	5,5	0,1	6,1	0,1
Irlanda	347	391	0,9	1,0	0,9	1,0	9,7	0,1	12,7	0,1
Alargamento	858	934	1,8	2,3	2,3	2,4	6,7	0,2	8,9	0,2
Extra UE-27	9 264	10 503	22,4	24,3	25,2	27,2	13,8	3,3	13,4	3,4
dos quais:										
China	1027	1005	1,1	2,8	2,8	2,6	7,7	0,2	-2,1	-0,1
Nigéria	877	1 110	1,9	2,4	2,4	2,9	17,3	0,4	26,6	0,6
Brasil	655	1 101	1,9	1,8	1,8	2,8	63,8	1,1	68,0	1,2
EUA	539	749	2,1	1,5	1,5	1,9	22,2	0,3	39,1	0,6
Líbia	505	44	0,6	1,3	1,4	0,0	-58,7	-0,6	-97,3	-1,3
Cazaquistão	429	510	0,5	1,1	1,2	1,3	56,4	0,5	19,0	0,2
Angola	448	573	0,0	1,0	1,2	1,5	25,5	0,3	27,7	0,3
No ruega	407	315	1,0	0,9	1,1	0,8	-34,1	-0,4	-22,6	-0,3
Arábia Saudita	377	584	0,8	0,9	1,0	1,5	44,0	0,4	54,8	0,6
Rússia	301	418	0,7	0,7	0,8	1,1	-12,7	-0,1	38,9	0,3
Índia	282	355	0,4	0,7	0,8	0,9	26,8	0,2	26,2	0,2
Suíça	243	242	0,6	0,6	0,7	0,6	1,0	0,0	-0,3	0,0
Japão	245	226	1,1	0,6	0,7	0,6	5,5	0,0	-7,4	0,0
OPEP ^[6]	2 644	3 068	6,4	6,7	7,2	7,9	13,3	0,9	16,0	1,2
EFTA	661	571	1,7	1,6	1,8	1,5	-21,3	-0,4	-13,6	-0,2
PALOP	468	599	0,1	1,1	1,3	1,5	22,4	0,2	27,8	0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2011

[2] (set 10-ago 11)/(set 09-ago 10) x 100 - 100

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

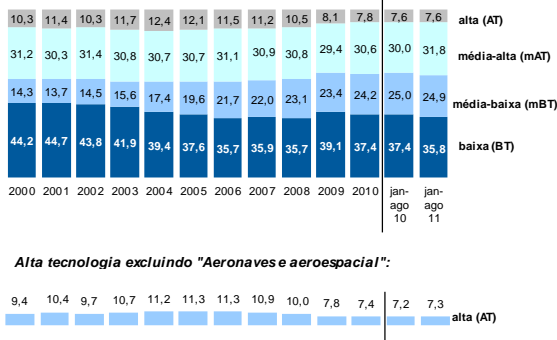
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Entre janeiro e agosto de 2011, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 16,9%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* (alta+baixa) continuam a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,7%). As exportações de produtos de média alta tecnologia (23,6%) foram as que registaram um maior crescimento homólogo (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



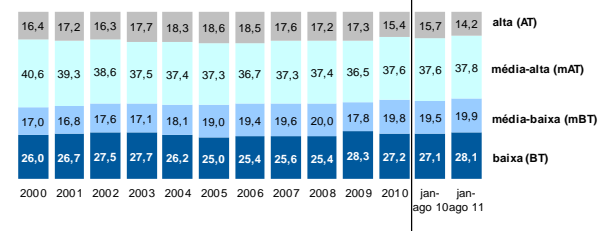
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+11,2 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram com +4,5 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 2,8%. Neste caso, os produtos de baixa tecnologia foram os que mais contribuíram para o crescimento das importações dos produtos industriais transformados (+1,8 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro a agosto		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-ago 2011/10	2009		2010		2010	jan-ago 2011		
							2009	2010	2010	2011				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	34 496 078	22 341 798	26 108 025	3,0	15,1	16,9	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	16,9		
Alta tecnologia	2 686 060	1 697 417	1 971 791	-5,8	10,2	16,2	8,1	7,8	7,6	7,6	0,8	12		
- Sem Aero náutica e aeroespacial ^[2]	2 538 850	1 62 859	1 892 111	-5,3	8,3	17,3	7,8	7,4	7,2	7,3	0,7	1,3		
Média-alta tecnologia	10 550 318	6 710 976	8 295 125	2,9	19,8	23,6	29,4	30,6	30,0	31,8	5,8	7,1		
Média-baixa tecnologia	8 344 929	5 588 240	6 500 147	7,4	18,8	16,3	23,4	24,2	25,0	24,9	4,4	4,1		
Baixa tecnologia	12 914 771	8 345 165	9 340 963	2,9	10,3	11,9	39,1	37,4	37,4	35,8	4,0	4,5		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	36 762 238	23 721 816	27 669 292	3,4	16,0	16,6	100,0	100,0	100,0	100,0	16,0	16,6		
Residual ^[3]	2 266 160	1 380 018	1 561 266	11,0	32,1	13,1	5,4	6,2	5,8	5,6	1,7	0,8		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	47 097 923	30 139 657	30 987 887	1,7	8,3	2,8	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	2,8		
Alta tecnologia	7 232 366	4 745 942	4 391 490	-2,1	-4,1	-7,5	17,3	15,4	15,7	14,2	-0,6	-12		
- Sem Aero náutica e aeroespacial ^[2]	6 887 619	4 486 016	4 257 706	-1,3	0,2	-5,1	16,1	14,7	15,0	13,8	0,0	-0,8		
Média-alta tecnologia	17 715 298	11 336 603	11 717 145	1,9	11,5	3,4	36,5	37,6	37,6	37,8	4,3	1,3		
Média-baixa tecnologia	9 336 281	5 883 781	6 172 108	2,6	20,6	4,9	17,8	19,8	19,5	19,9	4,1	1,0		
Baixa tecnologia	12 813 977	8 173 331	8 707 145	3,5	4,0	6,5	28,3	27,2	27,1	28,1	1,1	1,8		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	57 053 115	36 802 212	38 632 720	2,1	11,0	5,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,0	5,0		
Residual ^[3]	9 955 192	6 662 556	7 644 832	4,0	26,2	14,7	15,4	17,4	18,1	19,8	4,6	2,7		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

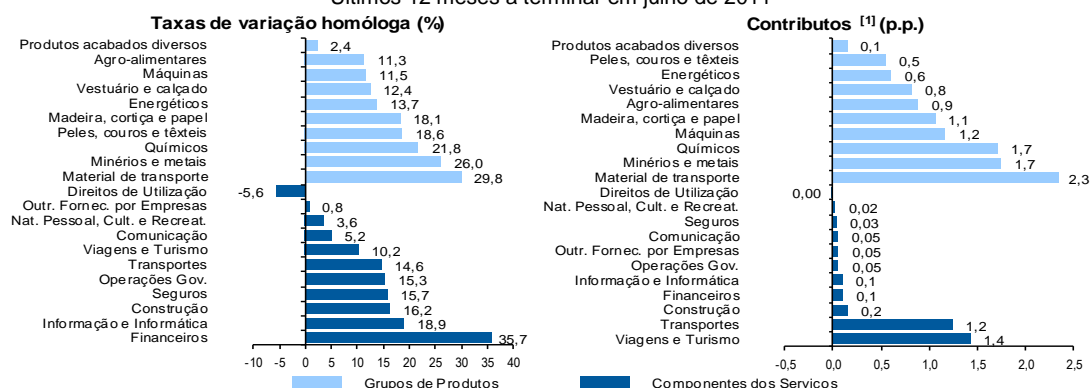
Segundo os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de julho de 2011, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, nos primeiros sete meses de 2011, 14,2%, em termos homólogos. A componente dos Bens continua a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (11,2 p.p.).

Entre janeiro e julho de 2011, a componente dos Serviços representou 29,8% do total das “Exportações” e contribuiu com 2,9 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). No que se refere às Importações (débitos) o seu peso no total foi de 16,7% e o seu contributo muito menos expressivo (+0,9 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em julho de 2011, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Neste período continua a destacar-se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,3 p.p.) e dos serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,4 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (14,2%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros

	janeiro a julho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2010	2011	Anual		janeiro a julho		média anual 05-10	12 meses [1]		janeiro a julho	
			2005	2010	2010	2011		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	30 863	35 237	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	14,2	14,2	14,2	14,2
Bens	21 278	24 744	71,8	67,7	68,9	70,2	3,4	16,4	11,0	16,3	11,2
Serviços	9 585	10 493	28,2	32,3	31,1	29,8	7,5	9,8	3,2	9,5	2,9
Transportes	2 637	2 977	5,9	8,6	8,5	8,4	12,9	14,6	1,2	12,9	1,1
Viagens e Turismo	3 911	4 245	14,3	14,0	12,7	12,0	4,2	10,2	1,4	8,6	1,1
Comunicação	279	289	1,0	0,9	0,9	0,8	1,6	5,2	0,0	3,5	0,0
Construção	267	320	0,7	0,9	0,9	0,9	11,3	16,2	0,2	20,1	0,2
Seguros	54	64	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	15,7	0,0	19,0	0,0
Financeiros	87	130	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,3	35,7	0,1	49,3	0,1
Informação e Informática	155	197	0,3	0,5	0,5	0,6	17,9	16,9	0,1	27,2	0,1
Direitos de Utilização	19	22	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,7	-5,6	0,0	15,9	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1916	1985	4,8	6,0	6,2	5,6	9,8	0,8	0,1	3,6	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	153	146	0,4	0,5	0,5	0,4	10,5	3,6	0,0	-4,6	0,0
Operações Governamentais	108	117	0,3	0,4	0,3	0,3	8,4	15,3	0,1	9,1	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	37 749	39 957	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	7,6	7,6	5,9	5,9
Bens	31 438	33 289	85,6	83,5	83,3	83,3	2,2	7,8	6,5	5,9	4,9
Serviços	6 311	6 668	14,4	16,5	16,7	16,7	5,5	6,8	1,1	5,7	0,9
Transportes	1840	1922	4,5	4,9	4,9	4,8	4,2	5,4	0,3	4,5	0,2
Viagens e Turismo	1721	1740	4,3	4,5	4,6	4,4	3,8	5,0	0,2	1,1	0,1
Comunicação	260	259	0,5	0,7	0,7	0,6	6,8	2,6	0,0	-0,4	0,0
Construção	54	71	0,2	0,1	0,1	0,2	1,5	12,8	0,0	32,1	0,0
Seguros	139	139	0,3	0,4	0,4	0,3	7,0	12,6	0,0	0,4	0,0
Financeiros	132	392	0,3	0,4	0,3	1,0	5,7	143,8	0,5	197,4	0,7
Informação e Informática	207	250	0,3	0,6	0,5	0,6	13,3	14,5	0,1	20,6	0,1
Direitos de Utilização	245	237	0,5	0,6	0,6	0,6	8,6	2,8	0,0	-3,1	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1351	1322	2,8	3,5	3,6	3,3	7,3	1,1	0,0	-2,2	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	288	283	0,5	0,7	0,8	0,7	12,2	-1,0	0,0	-1,6	0,0
Operações Governamentais	75	53	0,2	0,2	0,2	0,1	-2,0	-21,1	0,0	-30,0	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até julho de 2011.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

Proposta do Orçamento do Estado para 2012

No passado dia 17 de outubro, o Governo entregou na Assembleia da República, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2012, conjuntamente com a proposta do Orçamento Retificativo para 2011.

Estes documentos refletem o forte compromisso do Governo português, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), com o cumprimento dos objetivos para o défice orçamental de 5,9%, em 2011, e de 4,5%, em 2012.

Na elaboração da proposta do Orçamento do Estado, para 2012, esteve subjacente o facto de que o ponto de partida é, atualmente, mais desfavorável do que o que esteve subjacente à elaboração do PAEF, nomeadamente dada o significativo desvio de execução orçamental já registado em 2011.

Este desvio, do lado da despesa, é explicado por uma redução menor do que a esperada ao nível das despesas com o pessoal dado o não cumprimento do objetivo para a diminuição dos efetivos e desvios em alguns ministérios, bem como dos maiores consumos intermédios, nos quais se incluem as comissões pagas pelos empréstimos associados ao PAEF. No que respeita à receita, o desvio deve-se a uma menor execução das outras receitas correntes, nomeadamente no que concerne a menores receitas próprias do Ministério da Justiça e dividendos. Acresce ainda uma execução menos favorável do Sector Empresarial do Estado e a não realização, na sua totalidade, das receitas previstas com concessões. A este desvio na execução acresce ainda o impacto das operações extraordinárias como a recapitalização do BPN, no âmbito do seu processo de privatização, e das operações ligadas ao sector empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Para 2011, é introduzido um conjunto de medidas que visa colmatar este desvio, no qual se incluem, a antecipação, para 1 de outubro de 2011, da revisão na taxa do IVA dos bens energéticos para a taxa normal, a introdução da sobretaxa extraordinária em sede de IRS de 3,5% sobre o rendimento coletável do ano de 2011¹ e por um acréscimo significativo das transferências dos fundos de pensões.

Relativamente a 2012, são necessárias medidas de consolidação orçamental adicionais, relativamente às que já estavam previstas no PAEF (Quadro 1), dado o impacto do desvio ocorrido em 2011, que dado ser corrigido essencialmente por medidas extraordinárias, se repercute para 2012, bem como do efeito de uma maior despesa em juros e dos efeitos mais negativos de um cenário macro mais recessivo.

Quadro 1 – Medidas de consolidação orçamental OE 2012 e PAEF

	PAEF		Orçamento do Estado	
	2012		2012	
	10 ⁶ euros	% PIB	10 ⁶ euros	% PIB
Diminuição de Despesa	4 506	2.7	7 460	4.4
Despesas com o pessoal	740	0.4	2 694	1.6
Prestações sociais que não em espécie	1 073	0.6	2 066	1.2
Prestações sociais em espécie	684	0.4	1 000	0.6
Consumo intermédio	702	0.4	690	0.4
Subsídios	312	0.2	88	0.1
Outra despesa corrente	150	0.1	0	0.0
Despesas de capital	846	0.5	923	0.5
Aumento de Receita	1 535	0.9	2 890	1.7
Impostos sobre a produção	1 085	0.6	2359	1.4
Impostos sobre o rendimento	450	0.3	683	0.4
Contribuições sociais	:	:	-335	-0.2
Receita não fiscal	:	:	183	0.1
Total	6 041	3.6	10350	6.1
Impacto vis-à-vis ano anterior	5073.0	3.0	9042.3	5.3

Fonte: Ministério das Finanças.

¹ Esta medida será operacionalizada pela aplicação da retenção na fonte, a título de pagamento por conta, correspondente a 50% da parte do valor devido do subsídio de Natal ou 13^o mês relativo a 2011, que exceda o valor da Remuneração Mensal Mínima Garantida.

Para 2012, prevê-se uma redução do défice orçamental de 5,9% para 4,5% do PIB, enquanto que o saldo primário deverá passar de -1,6% para 0,7% do PIB. Esta melhoria do saldo reflete a implementação das medidas de consolidação orçamental enunciadas que permitirão uma redução da despesa de 49,3% para 47% do PIB e, em menor grau, num aumento da receita corrente de 40,4% para 41,2% do PIB (Quadro 2).

Quadro 2 – Conta das Administrações Públicas – Principais indicadores
(% do PIB)

	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)
Receita total	41.6	43.4	42.5
Receita corrente	38.9	40.4	41.2
Receita de capital	2.7	3.1	1.4
Despesa total	51.3	49.3	47.0
Despesa corrente primária	42.7	41.1	38.7
Juros (PDE)	3.0	4.3	5.2
Despesa de capital	5.6	4.0	3.1
Saldo Global (PDE)	-9.8	-5.9	-4.5
Saldo Primário	-6.8	-1.6	0.7
Valores excluindo medidas temporárias:			
Saldo Global	-11.4	-7.7	-4.5
Saldo Primário	-8.4	-3.5	0.7
Valores excluindo medidas temporárias e corrigido do ciclo:			
Saldo Global	-11.4	-7.0	-2.6
Variação em p.p. do PIB	-1.8	4.4	4.4
Saldo Primário	-8.4	-2.7	2.6
Variação em p.p. do PIB	-1.7	5.7	5.4

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Considerando os valores corrigidos de medidas temporárias e de efeitos do ciclo económico, quer o défice global quer o défice primário apresentam uma redução significativa, de 4,4 p.p. e 5,4 p.p., respetivamente, o que ilustra a dimensão do esforço de ajustamento requerido para efeitos de cumprimento dos objetivos do PAEF.

No que respeita à dívida pública, o seu rácio no PIB deverá continuar a aumentar, em 2012, em virtude, principalmente, do efeito dos juros e crescimento nominal do PIB, dada a contração esperada da atividade económica e o acréscimo significativos dos encargos com a dívida (Quadro 3). Para este aumento da dívida pública deverá contribuir ainda o mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos, num montante de 4,7% do PIB, o que não é, no entanto, considerado para efeitos de avaliação do cumprimento dos limites para a dívida definidos no Programa. Em sentido contrário, a utilização das receitas de privatização deverá reduzir a dívida em 2,4 p.p..

Quadro 3 – Evolução da Dívida Pública
(% do PIB e p.p.)

	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)
Stock da dívida (final do ano)	93.3	101.9	110.5
variação da dívida (p.p. do PIB)	10.3	8.6	8.6
Efeito saldo primário	6.8	1.6	-0.7
Efeito juros e PIB ("snow -ball effect")	1.0	5.1	6.4
Efeito juros	3.0	4.3	5.2
Efeito do crescimento nominal do PIB	-2.0	0.8	1.2
Outros	2.6	1.9	2.9
d.q. Mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos	:	1.6	4.7
<i>Por memória:</i>			
Stock da dívida excluindo mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos	93.3	100.3	105.8

Fontes: INE, BP e Ministério das Finanças.

No que se refere ao enquadramento macroeconómico subjacente às previsões orçamentais, este incorpora as previsões mais recentes das organizações internacionais, que apontam para uma desaceleração significativa do crescimento económico mundial, conjuntamente com uma diminuição das

taxas de juro de curto prazo, uma diminuição do preço do petróleo e uma apreciação do euro face ao dólar (Quadro 4).

Quadro 4 – Enquadramento internacional – principais hipóteses

	Fonte	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)
Crescimento da procura externa relevante (%)	MF	7.9	5.4	4.8
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	NYMEX	80.2	111.7	108.6
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) ^(a)	BdP	0.8	1.3	1.0
Taxa de juro de longo prazo (média anual, %) ^(b)	PAEF	5.3	6.4	5.0
Taxa de câmbio do EUR/USD (média anual)	BCE	1.33	1.40	1.39

Deste modo, a procura externa relevante para Portugal deverá igualmente registar uma desaceleração, com efeitos ao nível do comportamento das exportações. No entanto, a procura externa líquida deverá dar um contributo positivo para o PIB, num contexto em que a forte redução da procura interna determinará a quebra no produto de 1,9%, em 2011, e de 2,8% em 2012 (Quadro 5).

Quadro 5 – Cenário Macroeconómico – Principais Indicadores

(taxa de variação, %)

	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)			
PIB	1.4	-1.9	-2.8
Consumo Privado	2.3	-3.5	-4.8
Consumo Público	1.3	-5.2	-6.2
Investimento (FBCF)	-4.9	-10.6	-9.5
Exportações de Bens e Serviços	8.8	6.7	4.8
Importações de Bens e Serviços	5.1	-4.5	-4.3
Evolução dos Preços			
Deflator do PIB	1.1	1.0	1.7
IPC	1.4	3.5	3.1
Evolução do Mercado de Trabalho			
Emprego	-1.5	-1.5	-1.0
Taxa de Desemprego (%)	10.8	12.5	13.4
Produtividade aparente do trabalho	2.9	-0.3	-1.8
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)			
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	-8.4	-6.7	-2.5
- Saldo da Balança Corrente	-9.7	-7.9	-3.9
da qual Saldo da Balança de Bens	-10.0	-8.4	-5.5
- Saldo da Balança de Capital	1.4	1.2	1.4

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

p - previsão

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2011

De acordo com a segunda notificação de 2011 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística a 30 de setembro de 2011, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas em 2010 situaram-se nos 9,8% e 93,3% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)
(em percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011p
Saldo Global					
1. Notificação de Setembro de 2011	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	-5,9
2. Notificação de Abril de 2011	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-0,7	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Setembro de 2011	-0,2	-0,6	-7,3	-6,8	-1,7
2. Notificação de Abril de 2011	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-0,6	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Setembro de 2011	68,3	71,6	83,0	93,3	100,8
2. Notificação de Abril de 2011	68,3	71,6	83,0	93,0	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,3	:

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas (23 de abril de 2011 e 30 de setembro de 2011).

Estes valores denotam diferenças face à notificação de abril, que se prendem, essencialmente, com as alterações decorrentes da incorporação das despesas e dívidas da Administração Regional da Madeira (tendo também impacto desde 2008) e da revisão das contas do Serviço Nacional de Saúde e da Administração Local. Assim, as diferenças observadas no défice são de 0,7 p.p. do PIB e na dívida de 0,3 p.p. do PIB (Quadro 1).

Os resultados agora apresentados demonstram um aumento do défice e do défice primário para 2010 face a 2009, de 0,7 e 0,6 p.p. do PIB, respetivamente. Para 2011, mantém-se o objetivo do défice de 5,9% do PIB, traduzindo uma melhoria 3,9 p.p. face ao ano anterior.

De acordo com a notificação de setembro, a dívida pública atinge os 93,3% em 2010, revelando um aumento de 10 p.p. face a 2009. Para 2011, o valor previsto cifra-se em 100,8%. No entanto, no Relatório que acompanha a Proposta de Orçamento do Estado para 2012 este rácio foi revisto, devendo situar-se em 101,9% do PIB no final do corrente ano, considerando os fundos do mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos.

Analisando a evolução da conta as Administrações Públicas (Quadro 2), para a despesa total, observam-se aumentos desde 2007 até 2010, com particular ênfase em 2009, cujo crescimento foi de 5,1 p.p.

Quanto às componentes da receita, a receita contributiva seguiu uma tendência crescente até 2009, relacionada com o melhoramento da eficiência e eficácia da cobrança da Segurança Social, em 2010 denotou-se uma ligeira quebra, explicada pelo aumento do desemprego e consequente diminuição das contribuições. A receita fiscal revela até 2009 o efeito da recessão e das medidas discricionárias adotadas ao apresentar sucessivos decréscimos. Em 2010, registou-se um aumento de 0,5 p.p. do PIB.

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas
(em percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010
Receita Total	41,1	41,1	39,7	41,6
Receita Corrente	40,4	40,4	38,8	38,9
Receita Fiscal	24,0	23,8	21,7	22,2
Receita Contributiva	11,6	11,9	12,5	12,2
Outras receitas correntes	4,8	4,7	4,6	4,4
Receita de Capital	0,8	0,7	0,9	2,7
Despesa Total	44,3	44,7	49,9	51,3
Despesa Corrente	41,0	41,7	45,8	45,7
Despesas com pessoal	12,1	12,0	12,6	12,2
Prestações Sociais que não em espécie	15,1	17,0	17,0	17,1
Juros	2,9	3,0	2,9	3,0
Outras despesas correntes	10,8	9,6	13,2	13,4
Despesa de Capital	3,3	3,1	4,1	5,6
Saldo Global	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8
Saldo Primário	-0,2	-0,6	-7,3	-6,8
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	41,4	41,7	47,0	48,3
Despesa Corrente Primária	38,1	38,6	42,9	42,7

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas – 30 de setembro 2011.

No conjunto da União Europeia (U.E.), de acordo com a informação disponibilizada pelo Eurostat a 21 de outubro, registou-se, em 2010, uma melhoria da situação orçamental face a 2009, na generalidade dos países, com exceção da Irlanda, Alemanha, Áustria e Polónia (Quadro 3). Os maiores défices orçamentais em percentagem do PIB foram registados na Irlanda (-31,3%), Grécia (-10,6%), Reino Unido (-10,3%), Portugal (-9,8%) e Espanha (-9,3%). Embora os cinco países referidos anteriormente apresentem os valores mais elevados do défice orçamental, todos os restantes países que constituem a U. E., com exceção da Estónia e Suécia, encontram-se igualmente numa situação deficitária (Quadro 3). Os valores apurados resultam, principalmente, da contração da atividade económica e pelas medidas de estabilização implementadas tanto no sistema financeiro como no apoio às famílias e às empresas.

A deterioração da situação orçamental reflete-se também na dívida pública, com o aumento das necessidades de financiamento, bem como a aquisição líquida de ativos financeiros, sobretudo nos países com maior implementação de medidas de estabilização económica juntamente com um menor crescimento nominal do PIB nos países da União Europeia.

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia
(em percentagem do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Bélgica	-0,3	-1,3	-5,8	-4,1	84,1	89,3	95,9	96,2
Bulgária	1,2	1,7	-4,3	-3,1	17,2	13,7	14,6	16,3
República Checa	-0,7	-2,2	-5,8	-4,8	27,9	28,7	34,4	37,6
Dinamarca	4,8	3,2	-2,7	-2,6	27,5	34,5	41,8	43,7
Alemanha	0,2	-0,1	-3,2	-4,3	65,2	66,7	74,4	83,2
Estónia	2,4	-2,9	-2,0	0,2	3,7	4,5	7,2	6,7
Irlanda	0,1	-7,3	-14,2	-31,3	24,9	44,3	65,2	94,9
Grécia	-6,5	-9,8	-15,8	-10,6	107,4	113,0	129,3	144,9
Espanha	1,9	-4,5	-11,2	-9,3	36,2	40,1	53,8	61,0
França	-2,7	-3,3	-7,5	-7,1	64,2	68,2	79,0	82,3
Itália	-1,6	-2,7	-5,4	-4,6	103,1	105,8	115,5	118,4
Chipre	3,5	0,9	-6,1	-5,3	58,8	48,9	58,5	61,5
Letónia	-0,4	-4,2	-9,7	-8,3	9,0	19,8	36,7	44,7
Lituânia	-1,0	-3,3	-9,5	-7,0	16,8	15,5	29,4	38,0
Luxemburgo	3,7	3,0	-0,9	-1,1	6,7	13,7	14,8	19,1
Hungria	-5,1	-3,7	-4,6	-4,2	67,0	72,9	79,7	81,3
Malta	-2,4	-4,6	-3,7	-3,6	62,1	62,2	67,8	69,0
Países Baixos	0,2	0,5	-5,6	-5,1	45,3	58,5	60,8	62,9
Áustria	-0,9	-0,9	-4,1	-4,4	60,2	63,8	69,5	71,8
Polónia	-1,9	-3,7	-7,3	-7,8	45,0	47,1	50,9	54,9
Portugal	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	68,3	71,6	83,0	93,3
Roménia	-2,9	-5,7	-9,0	-6,9	12,8	13,4	23,6	31,0
Eslovénia	0,0	-1,9	-6,1	-5,8	23,1	21,9	35,3	38,8
Eslováquia	-1,8	-2,1	-8,0	-7,7	29,6	27,8	35,5	41,0
Finlândia	5,3	4,3	-2,5	-2,5	35,2	33,9	43,3	48,3
Suécia	3,6	2,2	-0,7	0,2	40,2	38,8	42,7	39,7
Reino Unido ^(a)	-2,7	-5,0	-11,5	-10,3	44,4	54,8	69,6	79,9

Fonte: Eurostat, Euro-*indicators*, 21 de outubro de 2011.

Nota: (a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de abril do ano X a 31 de março do ano X+1).

Relativamente ao rácio da dívida pública, todos os países registaram aumentos, em 2010 face a 2009, com exceção da Suécia e da Estónia, tendo os mais significativos (acima de 5 p.p. do PIB) sido observados na Irlanda, Grécia, Reino Unido, Portugal, Alemanha, Lituânia, Letónia, Roménia, Espanha e Eslováquia. Simultaneamente, verificou-se um aumento do número de Estados Membros cujo rácio da dívida se situa acima do valor de referência (60% do PIB), sendo 14 no final de 2009: Grécia, Itália, Bélgica, Irlanda, Portugal, Alemanha, França, Hungria, Reino Unido, Áustria, Malta, Países Baixos, Chipre e Espanha.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>4 de outubro de 2011</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 4 de outubro de 2011 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamento relativo aos instrumentos derivados negociados no mercado de balcão (derivados OTC), às Contrapartes Centrais e aos Repositórios de Transações: O Conselho aprovou uma orientação geral sobre o referido projeto de regulamento, permitindo à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu. Este projeto de regulamento, que implementa compromissos tomados pelos líderes do G20 em setembro de 2009, visa aumentar a transparência, ao exigir o reporte de todos os derivados OTC a Repositórios de Transações, e diminuir os riscos associados à negociação de derivados OTC, ao exigir a liquidação dos derivados OTC standardizados junto de uma Contraparte Central. ▪ Governança Económica: O Conselho confirmou o seu acordo às seis propostas legislativas que visam reforçar o atual sistema de governança económica na sequência do acordo prévio com o Parlamento Europeu. A adoção formal deste novo pacote legislativo terá lugar após a revisão dos Juristas-linguistas, esperando-se que o mesmo entre em vigor a 1 de janeiro de 2012. <p>Recorda-se que este pacote é constituído por: (i) uma Diretiva sobre quadros orçamentais nacionais; (ii) dois regulamentos que reforçam o atual Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) nas suas vertentes preventiva e corretiva; (iii) um regulamento sobre desequilíbrios macroeconómicos, que estabelece um mecanismo de deteção e correção, incluindo um procedimento por desequilíbrios excessivos; (iv) dois regulamentos sobre sanções, um para o PEC e outro para o novo procedimento por desequilíbrios excessivos.</p> ▪ Banco Central Europeu - nomeação de um membro da Comissão Executiva: O Conselho adotou uma recomendação a dirigir ao Conselho Europeu relativa à nomeação de Jörg Asmussen, de nacionalidade alemã, para membro da Comissão Executiva do BCE. ▪ Estratégias de saída - medidas orçamentais: O Conselho adotou conclusões relativas à condução da política orçamental a serem seguidas pelos estados-membros aquando da definição das suas medidas orçamentais. As conclusões centram-se na necessidade de cada estado-membro ter em consideração os seus riscos orçamentais e macrofinanceiros na definição das medidas orçamentais e a importância das mesmas serem acompanhadas por reformas estruturais orientadas para o aumento do crescimento potencial. Adicionalmente, as conclusões apontam para princípios relacionados com a necessidade de os estados-membros continuarem com os seus processos de consolidação orçamental tendo em conta a sua margem de manobra orçamental. ▪ Alterações climáticas: O Conselho adotou conclusões relativas à questão das alterações climáticas, focando as questões do financiamento <i>fast start</i> e do financiamento de longo prazo, onde se inclui o <i>Green Climate Fund</i>. Assim, o Conselho congratulou-se com os progressos realizados este ano na implementação dos Acordos de Cancun e mostra-se empenhado em cooperar com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento para se concretizarem avanços nestas matérias com vista à Cimeira de Durban. Chama também a atenção para que num enquadramento de restrições orçamentais significativas, as contribuições têm de ser consistentes com finanças públicas sãs, confirmando o compromisso da UE e dos seus estados-membros para o financiamento <i>fast start</i> de 7.2 mil milhões. Adicionalmente é realçada a importância da combinação de recursos públicos e privados e do

Iniciativa	Sumário
	<p>papel de alavancagem das instituições financeiras na concretização dos objetivos de financiamento de longo prazo das alterações climáticas. Reconhece ainda a importância do trabalho preparatório que tem vindo a ser realizado para a implementação do <i>Green Climate Fund</i> pelo comité de transição.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundo para a Globalização: O Conselho adotou decisões para a mobilização de recursos no âmbito deste fundo para apoio a trabalhadores na Alemanha e em Portugal. Relativamente a Portugal, é mobilizado um montante de 1.4 milhões de euros para os trabalhadores dispensados da empresa Rhode. <p>O Ecofin realizou ainda uma reunião extraordinária no dia 22 de outubro com o objetivo de preparar o Conselho Europeu de 23 de outubro. A discussão centrou-se nas medidas para estabilizar a situação nos mercados financeiros, reestabelecer a confiança e fomentar o crescimento económico, com destaque para o debate relativo à recapitalização dos bancos.</p>
<p><i>Orçamento de Estado para 2012</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Governo aprovou a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 e uma proposta de lei retificativa do Orçamento do Estado para 2011.</p>
<p><i>Custas Processuais</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à alteração ao Regulamento das Custas Processuais. Esta proposta tem como objetivos padronizar as custas e desincentivar a litigância de má-fé.</p> <p>A aplicação das mesmas regras a todos os processos torna o regime de custas mais simples e potencialmente mais eficiente e contribuirá para a agilização, celeridade e transparência dos processos judiciais.</p>
<p><i>Plano Estratégico dos Transportes</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o Plano Estratégico dos Transportes, que define as principais linhas estratégicas do Governo no sector das infraestruturas e transportes.</p> <p>Este Plano, em cumprimento do Acordo de Entendimento com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI, visa a execução das reformas estruturais do sector e o saneamento económico e financeiro das empresas do sector empresarial do Estado.</p>
<p><i>Taxas de portagem nas SCUT</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Governo aprovou um decreto-lei que sujeita os lanços e sublanços das autoestradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta, ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores. São, assim, aplicados os princípios da universalidade e do utilizador pagador.</p> <p>Este diploma garante ainda a criação de um regime de discriminação positiva para as populações e para as empresas locais, em particular, das regiões mais desfavorecidas, que beneficiam de um sistema misto de isenções e de descontos nas taxas de portagem.</p>
<p><i>Medicamentos “genéricos”</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, com base no respetivo princípio ativo, procedendo à alteração do Regime Jurídico dos Medicamentos de Uso Humano e introduzindo medidas adicionais para a racionalização da política do medicamento no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.</p> <p>Este diploma pretende dinamizar o mercado de genéricos, fomentar a liberdade de escolha do cidadão no momento de compra de medicamentos e induzir a redução de preços, garantindo a disponibilidade e dispensa do medicamento de preço mais baixo.</p>

Iniciativa	Sumário
<p><i>Fatura de eletricidade</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Governo aprovou um diploma que tem como objetivo evitar o efeito acentuadamente negativo da fatura de eletricidade no relançamento da economia e nas condições de vida das famílias, em 2012.</p> <p>Nesse sentido, este decreto-lei procede ao diferimento excecional para 2013 do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2010, devido pela cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia, com reflexo na atenuação do aumento do preço da eletricidade para 2012.</p>
<p><i>Capital de risco</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que define as soluções e medidas necessárias para uma revisão estrutural do sector de capital de risco, reorientando prioridades, promovendo o respetivo desenvolvimento na iniciativa privada e racionalizando os recursos públicos que lhe são afetos.</p>
<p><i>Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de outubro</p>	<p>O Governo aprovou uma resolução, a apresentar à Assembleia da República, relativa à Decisão do Conselho Europeu de 25 de março de 2011. Esta decisão tem por objetivo alterar o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia de forma a criar uma base jurídica para instituir o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) destinado a permitir alcançar a estabilidade financeira da zona euro.</p>
<p><i>Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de outubro</p>	<p>O Governo aprovou a criação do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia (CEIE), presidido pelo Primeiro-Ministro e que conta com a participação dos Ministros de Estado e do Ministro da Economia e do Emprego e quatro representantes de organizações do sector privado, a convidar.</p> <p>O CEIE terá a missão de avaliar as políticas públicas e as iniciativas privadas, e respetiva articulação, em matéria de internacionalização da economia portuguesa, da promoção e captação de investimento estrangeiro e de cooperação para o desenvolvimento.</p> <p>No âmbito dos princípios orientadores da reforma da internacionalização e desenvolvimento, serão diligenciadas a fixação de objetivos e metas concretas de política e a unificação das representações diplomáticas com as representações externas da AICEP e do Turismo de Portugal.</p> <p>Ainda segundo os mesmos princípios, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento verá o seu papel reforçado e as principais entidades públicas envolvidas nos processos de internacionalização e desenvolvimento deverão privilegiar a representação cruzada entre as respetivas administrações, de modo a proporcionar sinergias de missões e de recursos e potenciar resultados.</p>
<p><i>Bolsa de Arrendamento Social</i></p>	<p>No âmbito do Programa de Emergência Social, o Governo está a promover, com a adesão da banca, a criação de uma bolsa de arrendamento social a nível nacional que irá disponibilizar duas mil habitações, em mais de 100 municípios, até ao final de 2012.</p> <p>A bolsa de arrendamento social permitirá aos moradores pagar rendas entre 20 e 30% abaixo das do mercado livre. Esta iniciativa visa dar resposta a uma necessidade social, e ainda contribuir para a dinamização da recuperação imobiliária pela banca.</p>
<p><i>Leis Orgânicas dos Ministérios</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de outubro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou as leis orgânicas dos onze Ministérios que integram o XIX Governo Constitucional, tendo adotado estruturas com modelos de organização mais reduzidos e com menores custos, promovendo simultaneamente uma maior eficiência e eficácia operacional.</p> <p>A elaboração das onze leis orgânicas decorre do trabalho feito no âmbito do PREMAC, tendo sido ultrapassados os objetivos inicialmente anunciados quanto à redução de organismos do Estado e de cargos dirigentes.</p>

Iniciativa	Sumário
<i>Lei da Concorrência</i>	O Governo aprovou, um projeto de proposta de lei sobre o Regime Jurídico da Concorrência para ser colocado em discussão pública.
Conselho de Ministros de 27 de outubro	Com este diploma, o Governo pretende promover os instrumentos para uma efetiva e sã concorrência económica, através de um normativo que permite um combate mais célere e eficaz a atos que atentem contra a concorrência.
<i>Extinção da sociedade Frente Tejo, S.A.</i>	O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à extinção da sociedade Frente Tejo, S.A., de capitais exclusivamente públicos. Este diploma determina que a gestão dos imóveis do Estado confiada aquela empresa, no âmbito da requalificação urbana da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina e da zona Ajuda-Belém, passará para a Direção Geral do Tesouro e Finanças, entidade com competência na gestão dos bens imóveis do domínio público.
Conselho de Ministros de 27 de outubro	
<i>Observatório do QREN</i>	O Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional, por resolução do Governo, passará a integrar-se no Ministério das Finanças.
Conselho de Ministros de 27 de outubro	
<i>Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação</i>	O Conselho de Ministros aprovou a criação do Grupo de Projeto para a Tecnologias de Informação e Comunicação. Com esta resolução, o Governo visa promover o estudo e a análise das estruturas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública e elaborar um plano global estratégico de racionalização na afetação de recursos, com conseqüente contenção de custos.
Conselho de Ministros de 27 de outubro	

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Tarifa social de fornecimento de gás natural</i> Decreto-Lei n.º 101/2011. D.R. n.º 189, Série I de 2011-09-30	Cria a tarifa social de fornecimento de gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis.
<i>Apoio social extraordinário ao consumidor de energia – ASECE</i> Decreto-Lei n.º 102/2011. D.R. n.º 189, Série I de 2011-09-30	Cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE). Este apoio corresponde a um desconto no preço da eletricidade e do gás natural para as pessoas com menos condições económicas.
<i>Eliminação da taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural</i> Lei n.º 51-A/2011. D.R. n.º 189, Suplemento, Série I de 2011-09-30	Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural, com a conseqüente sujeição destes bens à taxa normal.
<i>Percentagem do apoio social extraordinário ao consumidor de energia</i> Portaria n.º 275-A/2011. D.R. n.º 189, Suplemento, Série I de 2011-09-30	Fixa a percentagem do apoio social extraordinário ao consumidor de energia a aplicar nas faturas de eletricidade e de gás natural aos clientes finais elegíveis.
<i>Normas de aplicação do ASECE</i> Portaria n.º 275-B/2011. D.R. n.º 189, Suplemento, Série I de 2011-09-30	Estabelece os procedimentos, os modelos e as demais condições necessárias à atribuição, aplicação e manutenção do apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Arrendamento</i></p> <p>Aviso n.º 19512/2011. D.R. n.º 189, Série II de 2011-09-30</p>	<p>Coefficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2012.</p>
<p><i>Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 13104/2011. D.R. n.º 189, Série II de 2011-09-30</p>	<p>Alteração ao Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 6.11 «Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo» do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).</p>
<p><i>Formação avançada - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 13105/2011. D.R. n.º 189, Série II de 2011-09-30</p>	<p>Alteração do despacho do regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 4.3, do eixo prioritário n.º 4, «Formação avançada», do POPH.</p>
<p><i>Índices de custos da construção</i></p> <p>Aviso n.º 19529/2011. D.R. n.º 189, Série II de 2011-09-30</p>	<p>Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.</p>
<p><i>Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE)</i></p> <p>Acórdão n.º 339/2011. D.R. n.º 191, Série II de 2011-10-04</p>	<p>Não julga inconstitucional a interpretação do artigo 14.º, n.º 5, do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE) no sentido de o recurso das decisões jurisdicionais em processo de insolvência ter efeito meramente devolutivo. Não julga inconstitucionais as normas extraídas dos artigos 2.º, n.º 1, alínea a), e 86.º, n.º 2, do CIRE e 501.º e 503.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais quando interpretadas no sentido de não existir anexação necessária dos processos de insolvência de várias sociedades em relação de grupo por domínio total. Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 78.º, n.º 1 do CIRE, interpretada no sentido de que, quando estejam em causa processos de insolvência de várias sociedades em relação de grupo por domínio total, a prossecução do interesse comum dos credores não implica a apensação dos processos e a liquidação conjunta dos patrimónios. Não julga inconstitucional a norma do artigo 86.º, n.º 2, do CIRE na dimensão em que dela se conhece e da qual resulta que não cabe ao juiz ordenar ao administrador da insolvência que requeira a apensação dos processos de insolvência.</p>
<p><i>Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE)</i></p> <p>Acórdão n.º 340/2011. D.R. n.º 191, Série II de 2011-10-04</p>	<p>Não julga inconstitucional a norma do artigo 188.º, n.º 4, do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas quer no segmento em que estabelece que, se tanto o administrador da insolvência como o Ministério Público propuseram a qualificação da insolvência como fortuita, o juiz profere decisão nesse sentido mesmo que haja interessados que tenham manifestado posição diversa quer no segmento em que considera tal decisão irrecorrível.</p>
<p><i>Taxas de juro</i></p> <p>Aviso n.º 19831/2011 D.R. N.º 192, Série II de 06.10.2011</p>	<p>Taxa de juros para o mês de outubro multiplicada pelo fator 0,96 é de 2,38992 %</p>
<p><i>Taxas de juro</i></p> <p>Aviso n.º 19832/2011 D.R. N.º 192, Série II de 06.10.2011</p>	<p>Taxa de juros para o mês de outubro é de 2,48950%, a qual multiplicada pelo fator 1,10 é de 2,73845%</p>
<p><i>Redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa</i></p> <p>Despacho n.º 13370/2011. D.R. n.º 192, Série II de 2011-10-06</p>	<p>Criação de um grupo de trabalho com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa.</p>
<p><i>Redes de transportes públicos na área metropolitana do Porto</i></p> <p>Despacho n.º 13371/2011. D.R. n.º 192, Série II de 2011-10-06</p>	<p>Criação de um grupo de trabalho com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana do Porto.</p>
<p><i>Programa do medicamento hospitalar</i></p> <p>Despacho n.º 13378/2011. D.R. n.º 192, Série II de 2011-10-06</p>	<p>Cria a comissão do programa do medicamento hospitalar e estabelece a respetiva composição.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Redes de distribuição e transporte de gás natural</i></p> <p>Diretiva n.º 3/2011. D.R. n.º 193, Série II de 2011-10-07</p>	<p>Aprova as condições gerais dos contratos de uso das redes de distribuição e transporte de gás natural.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º.20025/2011. D.R. N.º 194, Série II de 10.10.2011</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de novembro de 2011.</p>
<p><i>Informação empresarial simplificada</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 124/2011. D.R. n.º 194, Série I de 2011-10-10</p>	<p>Recomenda a prorrogação do prazo para a entrega da informação empresarial simplificada/declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) determinado pelo despacho n.º 14/2011-XIX, de 18 de julho.</p>
<p><i>Relatório de atividades do Sistema Estatístico Nacional de 2010</i></p> <p>Deliberação n.º 1927/2011. D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10</p>	<p>24.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística relativa ao relatório de atividades do Sistema Estatístico Nacional de 2010.</p>
<p><i>Formações modulares certificadas - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 13484/2011. D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10</p>	<p>Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.3, «Formações modulares certificadas» do POPH.</p>
<p><i>Cursos de educação e formação de adultos - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 13485/2011. D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10</p>	<p>Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.2, «Cursos de educação e formação de adultos», do POPH.</p>
<p><i>Tarifa social de gás natural</i></p> <p>Deliberação n.º 1929/2011. D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10</p>	<p>Fixação excecional da tarifa social de gás natural do ano gás 2011-2012 (para vigorar de 1 de outubro de 2011 a 30 de junho de 2012).</p>
<p><i>Regulamento Tarifário do Sector do Gás Natural</i></p> <p>Regulamento n.º 541/2011. D.R. n.º 194, Série II de 2011-10-10</p>	<p>Alteração do Regulamento Tarifário do Sector do Gás Natural.</p>
<p><i>Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição</i></p> <p>Portaria n.º 276/2011. D.R. n.º 196, Série I de 2011-10-12</p>	<p>Repõe em vigor o protocolo que instituiu o Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição (CINFU), revoga a Portaria n.º 235/2011, de 15 de junho, e repristina a Portaria n.º 443/87, de 27 de maio.</p>
<p><i>Lei de enquadramento orçamental</i></p> <p>Lei n.º 52/2011. D.R. n.º 197, Série I de 2011-10-13</p>	<p>Procede à sexta alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.</p>
<p><i>Código do Trabalho</i></p> <p>Lei n.º 53/2011. D.R. n.º 198, Série I de 2011-10-14</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.</p>
<p><i>Bens do domínio privado do Estado português</i></p> <p>Aviso n.º.20514/2011. D.R., N.º 199, II Série de 17.10.2011</p>	<p>Lista definitiva de bens do domínio privado do Estado português</p>
<p><i>Plano Nacional para Coesão Territorial</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 129/2011. D.R. n.º 199, Série I de 2011-10-17</p>	<p>Recomenda ao Governo que crie e dinamize um Plano Nacional para Coesão Territorial no quadro de uma nova estratégia nacional.</p>
<p><i>Taxa de remuneração a produtores de eletricidade em regime especial</i></p> <p>Portaria n.º 279/2011. D.R. n.º 199, Série I de 2011-10-17</p>	<p>Estabelece a metodologia de cálculo da taxa de remuneração a aplicar à transferência intemporal de proveitos permitidos referentes aos sobrecustos com aquisição de eletricidade a produtores em regime especial, sujeitos a repercussão quinquenal, e define o fator a aplicar ao prémio de risco da dívida associado à empresa regulada.</p>
<p><i>Conselho das finanças públicas</i></p> <p>Lei n.º 54/2011. D.R. n.º 201, Série I de 2011-10-19</p>	<p>Aprova os estatutos do conselho das finanças públicas, criado pelo artigo 12.º-I da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (lei de enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º 22/2011, de 20 de maio.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE)</i></p> <p>Diretiva n.º 4/2011. D.R. n.º 201, Série II de 2011-10-19</p>	<p>Obrigações de informação no âmbito das tarifas sociais e do apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE).</p>
<p><i>Passes Social+</i></p> <p>Despacho n.º 14216/2011. D.R. n.º 202, Série II de 2011-10-20</p>	<p>Estabelece as condições de atribuição do denominado Passe Social+, no âmbito do sistema de títulos intermodais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.</p>
<p><i>Coeficientes desvalorização da moeda</i></p> <p>Portaria n.º 282/2011 D.R. N.º 203, Série I de 21.10.2011</p>	<p>Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda, a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2011.</p>
<p><i>Programa luso-brasileiro – sector aeronáutico</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2011. D.R. n.º 204, Série I de 2011-10-24</p>	<p>Reafirma o interesse de Portugal em participar no programa de desenvolvimento e produção da aeronave de transporte multiusos EMBRAER KC-390 e define os membros do Governo responsáveis pelas negociações e adoção das medidas conducentes à celebração do acordo final dessa participação.</p>
<p><i>Recuperação Extrajudicial de Devedores</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011. D.R. n.º 205, Série I de 2011-10-25</p>	<p>Aprova os Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores.</p>
<p><i>Diplomacia económica e a internacionalização da economia</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011. D.R. n.º 205, Série I de 2011-10-25</p>	<p>Estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia.</p>
<p><i>Reprivatização da EDP</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 106-A/2011. D.R. n.º 206, Suplemento, Série I de 2011-10-26</p>	<p>Aprova a 8.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S. A.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-Geral do Orçamento		
DGT	Direção-Geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		
		Siglas	Unidades
		%	Porcentagem
		p.p.	Pontos percentuais
		p.b.	Pontos base
		EUR/USD	Dólar americano por Euros
		EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
		MM3	Médias móveis de três termos
		SRE	Saldo de Respostas Extremas
		VA	Valores Acumulados
		VC	Varição em Cadeia
		VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
		VE	Valor Efetivo
		VH	Varição Homóloga
		VHA	Varição Homóloga Acumulada
		VITA	Varição intetabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
		VM01	Varição Homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.